

Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede
em Aimorés

Aimorés
Minas Gerais

Territórios
em Rede



Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede
em Aimorés

Aimorés

Minas Gerais

2024

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Ficha Técnica

FUNDAÇÃO VALE

Malu Paiva
Presidente do Conselho de Curadores

Flavia Constant
Diretora Presidente

Pâmella De-Cnop
Diretora Executiva

Fernanda Fingerl
Gerente de Metodologias Sociais

Maykell Costa
Gerente Sul/Sudeste

Andreia Prestes
Analista Especialista de Metodologias

Marluce Braz
Analista de Metodologias

Juliana Bahia
Analista Sul/Sudeste

Fabio Macedo
Comunicação Fundação Vale

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Natacha Costa
Diretora Geral

Paula Patrone
Diretora Institucional

Raiana Ribeiro
Diretora de Programas

Roberta Tasselli
Diretora de Comunicação

Eliana Sousa Silva
Consultora Metodológica

Julia Ventura
Gestora Estratégica

Gisele Martins
Gestora Estratégica de Campo

Dalcio Marinho
Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento

Ana Paula Santana Rodrigues
Felipe Tau
Raquel de Oliveira Silva
Gestão Executiva

Bianca Cambiaghi
Filipe Mendonça
Gestão de Monitoramento e Avaliação

Daniele Moura
Isys Remião
Gestão de Comunicação

Elza Sousa
Cintia Soares
Gestão Geral de Campo

Roberta Castro
Roberta Verneque
Gestão de Polo

Sabrina Bairros
Analista de Comunicação

Jaqueline Maria Ferreira de Souza
Assistente de Comunicação

Marco Faganello
Analista de Monitoramento e Avaliação

Fernando Nascimento
Assistente Monitoramento e Avaliação

Cristiane Aparecida de Oliveira
Katarine Rosa de Oliveira
Yasmin Mancini
Assistentes de Projeto

Equipe Territórios em Rede

Aimorés

Patrícia De Assis Diniz Soares
Gestão Local

Willian Cavaleri Ferreira
Geraldo Jose Junior De Jesus
Karla Silva Dummer Loose
Articuladores locais

Evidências e Sistematização

Miriam Krenzinger
Consultora

Natália Guindani
Coordenação

Bruna Musumeci
Luiza Santos
Pesquisadoras

Fernando Mendes
Assistente de pesquisa

Julia Ventura
Natacha Costa
Raiana Ribeiro
Revisão técnica

Gláucia Cavalcante
Gustavo Abumrad
Projeto Gráfico

Gustavo Abumrad
Diagramação

Thaís Paiva
Revisão de textos

Daniele Moura
Isys Remião
Revisão Final

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação é um direito [livro eletrônico]: a experiência do projeto Territórios em Rede em Aimorés./ Miriam Krenzinger...[et al.]; organização Eliana Sousa Silva...[et al.]; coordenação Associação Cidade Escola Aprendiz. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2024. PDF

Outros autores: Natália Guindani, Bruna Musumeci, Luiza Santos, Fernando Mendes, Julia Ventura, Dalcio Marinho.

Outros organizadores: Julia Ventura, Natacha Costa, Raiana Ribeiro.

ISBN 978-85-64569-27-0

1. Crianças e adolescentes – Educação 2. Direito à educação
3. Educação – Projetos 4. Exclusão escolar
5. Políticas educacionais 6. Projeto Territórios em Rede
I. Krenzinger, Miriam. II. Guindani, Natália.
III. Musumeci, Bruna. IV. Santos, Luiza. V. Mendes, Fernando.
VI. Ventura, Julia. VII. Marinho, Dalcio. VIII. Silva, Eliana Sousa.
IX. Associação Cidade Escola Aprendiz. X. Ventura, Julia.
XI. Costa, Natacha. XII. Ribeiro, Raiana.

24-236536

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Projetos educacionais: Planejamento e gestão: Educação 370

Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415

Apresentação

Criada há mais de 50 anos, a Fundação Vale tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a Vale atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades principalmente em cinco estados – Pará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores para potencializar seu trabalho nos campos de Educação, Saúde, Assistência Social e Geração de Renda.

Fazem parte dessa rede as secretarias municipais, instituições e empresas privadas e públicas, além de organizações do terceiro setor com experiência em políticas públicas como a Associação Cidade Escola Aprendiz, entre outros.

No campo da Educação, a Fundação Vale foca hoje no desenvolvimento de ações de fortalecimento dos processos de alfabetização e de combate à exclusão escolar, visando a promoção do Direito à Educação de qualidade para todos.



www.fundacaovale.org

A sistematização da experiência do projeto Territórios em Rede em Aimorés (MG), apresentada nesta publicação, é resultado de um esforço coletivo que envolveu a coleta de depoimentos e registros documentais, além da organização de todo o conhecimento produzido a partir das ações do projeto em campo. Nosso objetivo é destacar o que foi cuidadosamente construído e vivenciado ao longo dessa experiência. Para isso, buscamos lançar luz sobre o processo de cocriação de estratégias que operaram de forma integrada e intersetorial, com o propósito de promover a agenda de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar em toda a comunidade de Aimorés.

Os registros consolidados neste documento visam servir como referência para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o Direito à Educação de todas as crianças e adolescentes. Nossa intenção é compartilhar dados e análises com outros municípios, a fim de impulsionar o combate à exclusão escolar em novos contextos, visto que esse fenômeno afeta todo o país. Esperamos que a organização desse legado transcenda fronteiras e fortaleça o Direito à Educação como uma pauta pública prioritária no Brasil.



Sumário

5 Apresentação

9 Introdução

9 O projeto Territórios em Rede

14 O município de Aimorés (MG)

19 A implementação do Territórios em Rede em Aimorés

19 Pressupostos éticos e conceituais

23 Passos estruturantes

67 Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Aimorés

67 Observações Gerais

72 Destaques

77 Cenários da exclusão escolar

80 Casos ilustrativos

84 Intersetorialidade

87 Resultados e impactos

87 Métodos de identificação

90 Incidência política

99 Considerações e aprendizagens



Foto: Perikles Siqueira, 2022

Introdução

O projeto Territórios em Rede

A Fundação Vale, em parceria com a Cidade Escola Aprendiz, iniciou a implementação do projeto Territórios em Rede (TR), em 2020, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e territorial de municípios a partir da agenda de enfrentamento da exclusão escolar.

Por meio da articulação de setores governamentais e não governamentais, o projeto incentivou o desenvolvimento de políticas públicas e ações que visavam contribuir para a garantia do acesso e da permanência de crianças e adolescentes na rede pública de ensino, tendo se iniciado primeiramente nos municípios da Serra (ES) e Marabá (PA), expandindo-se, em 2021, para outros municípios no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Pará.

Sob essas condições, a inicia-

tiva destaca e enfatiza a importância da efetivação do Direito à Educação no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988, como um esforço conjunto do Estado e da sociedade.

- Em nível nacional, a pandemia de covid-19 agravou o risco de exclusão escolar, afetando principalmente crianças e adolescentes que já enfrentavam dificuldades na Educação. Isso ampliou as já existentes desigualdades de acesso e permanência na escola, com mais de 5 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos não matriculados ou sem acesso à aprendizagem, sendo que mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos, uma faixa etária cujo acesso à escola era praticamente universal antes da pandemia.¹

¹ Dados do relatório Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, publicado em 2021 pelo Unicef a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019.

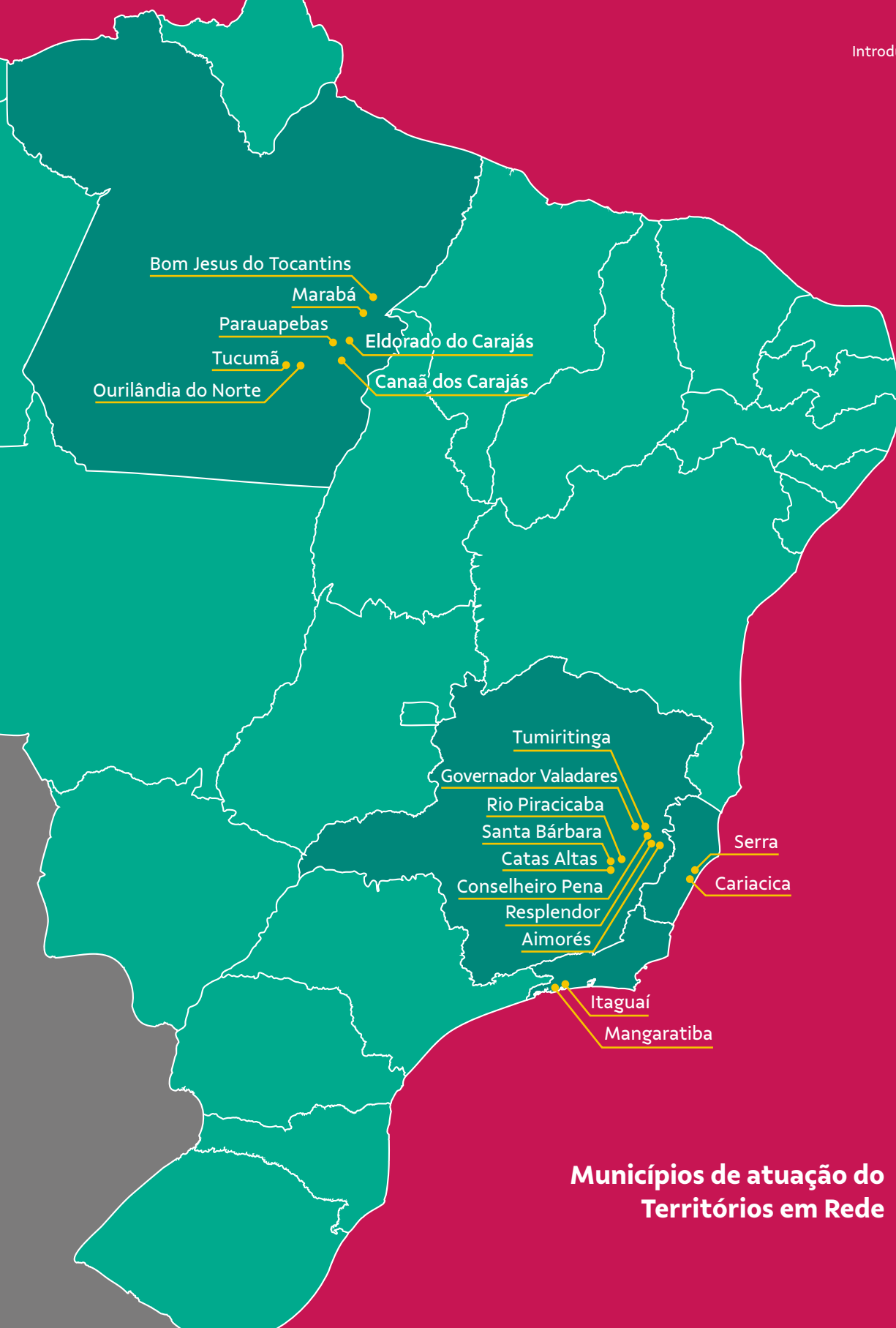
Inspirado por essa perspectiva ético-política e legal, garantir o acesso à Educação como um direito fundamental requer a implementação de ações estruturadas e direcionadas a interromper a perpetuação e reprodução das desigualdades sociais e diversas formas de violência que afetam principalmente a população pobre, negra e infantojuvenil de nosso país.

Dessa forma, a garantia de uma Educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes está intrinsecamente relacionada ao caráter inclusivo da escola e, conseqüentemente, à redução da pobreza e das iniquidades sociais. Desafio que se complexificou com as crises econômica, ambiental e sanitária que assolaram o país nos últimos anos, afetando especialmente as crianças e os territórios mais pobres, por estarem mais vulnerabilizados e desassistidos pelas políticas públicas e pelas redes de proteção social.

Os municípios da Serra (ES) e de Marabá (PA) foram referências para a expansão do Territórios em Rede para outros 17 municípios do país ao longo dos anos subsequentes. Entre 2021 e 2024, o projeto foi realizado em municípios que abrangem mais de 2 milhões de pessoas.

Durante quatro anos de atuação contínua, com base em diferentes tipos de atividades – formações, apoio à gestão, levantamento de dados, etc., o Territórios em Rede (TR) conseguiu reintegrar um número expressivo de crianças e adolescentes ao sistema educacional. Esse resultado demonstra o potencial da abordagem intersetorial e interdisciplinar, com foco na Busca Ativa escolar, como estratégia eficaz para assegurar a Educação e a proteção social, especialmente àqueles que se encontram sob violações de direitos.

Desde a sua concepção, o projeto enfatizou a importância da incidência política, visando à estruturação e articulação de políticas públicas sustentáveis voltadas à prevenção da exclusão escolar. As experiências acumuladas reforçam a compreensão de que abordagens isoladas em políticas sociais podem resultar em ações fragmentadas que, frequentemente, não conseguem alcançar o impacto desejado na prevenção da exclusão escolar, especialmente considerando a



**Municípios de atuação do
Territórios em Rede**

complexidade dos fatores que afetam as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis da população.

Principalmente durante a pandemia de covid-19, a Busca Ativa escolar mostrou-se uma estratégia essencial para apoiar e fortalecer o diálogo entre as unidades escolares, os demais agentes do Sistema de Garantia de Direitos e as famílias. Essa articulação permitiu que situações de insegurança alimentar, violência doméstica, dentre outras violações de direitos, fossem identificadas e encaminhadas pela rede de proteção local, destacando a escola pública brasileira não apenas um equipamento capaz de promover aprendizagens e o desenvolvimento das crianças e adolescentes, mas também uma estrutura fundamental para acesso aos demais direitos sociais.

Como ponto de partida, o Territórios em Rede assumiu o conceito de exclusão escolar² ou desvinculação escolar como um fenômeno complexo e multidimensional que afeta crianças e adolescentes que:

- estão sem acesso à unidade escolar;
- possuem acesso à unidade escolar e estão matriculados, mas não frequentam regularmente as atividades escolares;
- não estão matriculados devido a múltiplos fatores psicossocioculturais;
- não estão matriculados devido à falta de vagas na rede pública de ensino e/ou vagas próximas a suas residências;
- abandonaram ou evadiram o sistema educacional;
- foram afetados por situação de calamidade pública, desastres ambientais, epidemias e/ou crise sanitária com riscos à sua saúde e de seus familiares, e não participam de nenhum programa educacional oficial estruturado.

² Julia Ventura, gestora estratégica do Territórios em Rede, em sua tese de doutorado (2021) demonstrou que fatores como discriminação racial e de gênero, pobreza urbana e rural, violência e baixa escolarização familiar são alguns dos desafios enfrentados para o acesso e a permanência na escola. Também estão entre os(as) mais excluídos(as) meninas e meninos com deficiência, migrantes, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que vivem em unidades de acolhimento institucional, sofrem algum tipo de exploração ou estão em conflito com a lei. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54745/54745.PDF>

Dessa forma, a exclusão escolar é entendida como um problema sistêmico, causado pelas profundas desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que nos caracterizam como sociedade. Por isso, os caminhos para sua superação demandam uma atuação permanente, urgente e prioritária, até que seja definitivamente erradicada.

De olho na legislação

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), o Brasil estabeleceu metas ambiciosas e necessárias, que seguem distantes de serem alcançadas. Uma delas é a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para crianças de 6 a 14 anos, com a meta de que, pelo menos, 95% delas concluam essa Etapa da Educação Básica na idade recomendada. Além disso, o PNE busca universalizar a Educação Infantil na Pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, expandir a oferta da modalidade em creches para atender, pelo menos, metade das crianças de até 3 anos de idade, no país, e aumentar a taxa de matrículas de adolescentes entre 15 e 17 anos no Ensino Médio para 85%.

Por isso, a Fundação Vale e a Cidade Escola Aprendiz compreendem o projeto Territórios em Rede como iniciativa-chave para o enfrentamento da exclusão escolar no país. Respeitando as diversidades de cada território, a proposta oferece caminhos para o desenvolvimento territorial dos municípios em múltiplas frentes, reconhecendo as capacidades técnicas dos agentes e sua possibilidade de criar a metodologia a partir de suas necessidades.

O município de Aimorés (MG)

Aimorés é um município localizado na região do Vale do Rio Doce, estado de Minas Gerais. Apesar de estender-se por 1.349 quilômetros quadrados, a área urbanizada de Aimorés é uma pequena fração desse total, de apenas 5,6 quilômetros quadrados³.

Também conhecida como “terra do sol eterno”, a cidade do extremo leste mineiro faz fronteira com o estado do Espírito Santo, o que a tornou, historicamente, uma via estratégica para o escoamento de metais e pedras preciosas. A região onde hoje se localiza o município teve como habitantes originários os Aimorés, indígenas do tronco macro-jê, que passaram a compartilhar o nome de sua etnia com o futuro ente federativo.

Mais tarde, na década de cinquenta do século dezenove, o território teve sua ocupação iniciada por Inácio Mançores e pelos irmãos João e Luiz de Aguiar. Esses primeiros colonizadores tiveram como objetivo a prospecção daqueles metais e pedras preciosas, desenvolvendo atividades na área da mineração. Provindos de Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro, estabeleceram-se nas proximidades do Rio Doce, mais exatamente na Barra do Manhuaçu⁴.

Já a partir da década de 1870, chegaram também agricultores e pecuaristas, que encontraram em Aimorés terras férteis e um clima favorável. Foi então fundado o povoado de Natividade. Porém, o escoamento de mercadoria era difícil e faltavam estradas para municípios consumidores. Logo, teve início em Aimorés uma imigração bastante diversificada, que incluiu portugueses, italianos, austríacos, espanhóis e árabes.

A partir da abertura da Estrada de Ferro Vitória a Minas, no ano de 1907, a Barra do Manhuaçu perdeu o posto de principal eixo das atividades comerciais, uma vez que as vias fluviais deixaram de ser prioritárias. O transporte ferroviário era

³ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aimores/panorama>

⁴ Fonte: <https://www.saaeaimores.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia---como-comecou-a-formacao-de-aimores/6498>

mais eficiente, além de ser considerado um símbolo de progresso. A implantação da estação ferroviária atribuiu àquela área grande relevância mercantil.

Em 1910, Natividade passou a se chamar Aimorés, em memória do povo indígena que habitou originalmente a região. O povoado tornou-se distrito no ano de 1911 e cidade em 1925. A construção de infraestruturas viárias como a rodovia BR-259 e a Estrada de Ferro Vitória a Minas favoreceu o adensamento demográfico da região, sendo o fluxo de pessoas e cargas que envolviam a ferrovia um fator importante no desenvolvimento da cidade.

Os impactos da ocupação nas proximidades do Rio Doce refletiram na suscetibilidade de Aimorés a inundações periódicas. A tendência do rio em ocupar a região plana às margens caracteriza aquela área como uma planície de inundação. Somada a essa característica, referente ao curso do Rio Doce, os agentes de relevo e a infraestrutura de circulação atribuíram à cidade uma conformação alongada.

Atualmente, entre os destaques do município está o complexo da Usina Hidrelétrica de Aimorés, fundada em 2001. Principal usina geradora de energia da região leste de Minas Gerais, produz o suficiente para atender um milhão de pessoas⁵. Além dela, também é notável o Instituto Terra⁶, fundado em 1998, pelo fotógrafo e ativista Sebastião Salgado e por sua companheira, a autora, produtora e ambientalista Lélia Wanick Salgado. Constituído como organização não governamental, o Instituto atua como centro de recuperação ambiental, administrando a Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Bulcão, uma área de 608 hectares de Mata Atlântica que retomou sua biodiversidade.

Segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município tem 25.269 habitantes. A população é composta por 14.618 pessoas pardas (57,9%), 2.041 pretas (8,1%) e 35 indígenas (0,1%). Os brancos e amarelos somam, respectivamente, 8.564 (33,9%) e 10 (menos de 0,1%) pessoas.

⁵ Fonte: <https://aliancaenergia.com.br/parque-gerador/uhe-de-aimores/>.

⁶ Fonte: <https://institutoterra.org/>.



A sede da Fazenda Bulcão, hoje Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) que é administrada pelo e também abriga o Instituto Terra

Fonte: Antonio Carlos Lima Barbosa/Wikimedia Commons CC BY-SA 3.0

Em 2022, havia 3.979 pessoas ocupadas em emprego formal, o que representa 16% da população. O rendimento médio desses trabalhadores formalizados era de 1,9 salário-mínimo⁷.

No mês de fevereiro de 2024, o município de Aimorés teve 5.894 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, sendo 2.675 (45%) em situação de pobreza. Essas famílias somavam 13.981 pessoas, com 6.741 (48%) em situação de pobreza. Para fins dos programas de renda do Governo Federal, conforme a Lei 14.601, de 19 de junho de 2023, a família em situação de pobreza é aquela cuja renda mensal *per capita* não ultrapassa R\$ 218,00.

A atualização do cadastro a cada dois anos é requisito para o recebimento do benefício de programas sociais. Em fevereiro de 2024, 73% das famílias estavam com o cadastro atualizado. Porém, entre as famílias com renda mensal *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, a atualização cadastral estava em 81% do total.

⁷ Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aimores/panorama>.

No mês de março de 2024, o município de Aimorés teve 2.675 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Essas famílias reuniam 7.313 pessoas e totalizaram uma transferência mensal de R\$ 1.777.894,00, resultando em um benefício médio de R\$ 665,63 por família.

Devido à pandemia de covid-19 e a interrupção das atividades escolares, o acompanhamento das condicionalidades da Educação foi suspenso na implementação do Bolsa Família. Porém, desde junho de 2022, voltou a ser obrigatório.

Em março de 2024, 2.378 beneficiários de 4 a 17 anos de idade tinham perfil para acompanhamento da condicionalidade de Educação no município de Aimorés. No período, foram acompanhados apenas 55%, o que totaliza 1.307 beneficiários entre 4 e 17 anos (a cobertura nacional de acompanhamento foi de 77%). Entre as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiários do Bolsa Família que tiveram o acompanhamento, 95,7% cumpriram a condicionalidade de Educação, que é de 60% de frequência escolar para as crianças de 4 e 5 anos e de 75%, para as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. As taxas de cumprimento da condicionalidade por faixa etária foram de 98,7% na de 4 e 5 anos, 96,9%, na de 6 a 15 anos, e 85,8%, na de 16 a 17 anos.

• **Importante!**

- A situação de pobreza é
- caracterizada pela renda
- mensal de, no máximo,
- R\$ 218,00 por pessoa.
- Se a renda mensal não
- ultrapassar R\$ 109,00 por
- pessoa, a família é clas-
- sificada em situação de
- extrema pobreza.

• *Fonte:* Ministério do
• Desenvolvimento Social – MDS,
• Governo Federal, 2024.



A implementação do Territórios em Rede em Aimorés

Pressupostos éticos e conceituais

Direito à Educação

O projeto Territórios em Rede tem como principal pilar a defesa do Direito à Educação, que deve se concretizar a partir da corresponsabilização de diferentes setores da sociedade. Nessa perspectiva, o projeto desenvolve ações formativas em diferentes frentes, criando estratégias em diálogo com as múltiplas equipes e setores com os quais se relaciona.

Para assegurar o Direito à Educação de todas as crianças e adolescentes, o projeto defende não apenas a centralidade da escola, mas sua articulação ao Sistema de Garantia de Direitos e aos demais equipamentos que atendam a infância, adolescência e suas famílias, nas mais diferentes configurações.

Na escola, entende-se que o estudante deve estar no centro do processo educativo, considerando suas necessidades, interesses e contexto sociocultural. Isso significa reconhecer a singularidade de cada sujeito e território, promovendo estratégias pedagógicas adequadas a cada um e a cada uma.



“O Direito à Educação opera como um multiplicador. Ele potencializa todos os demais direitos humanos quando garantido e impede o gozo da maior parte deles quando negado.”

Katarina Tomasevski, 1ª relatora do Direito à Educação da Organização das Nações Unidas.

Território e Intersetorialidade

Ao mesmo tempo, o Territórios em Rede compreende o papel do território no desenvolvimento das políticas educacionais, particularmente para a efetiva inclusão das crianças e adolescentes que, por diferentes razões, estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. Nesse sentido, os seguintes pontos se destacam como pressupostos do projeto:

Contexto

O **território é contexto**. Como tal, ele expressa as identidades, a cultura, as condições de vida e a história das pessoas. Por isso, a construção de vínculos entre educadores e estudantes e a pertinência do projeto pedagógico (condições essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento) dependem do reconhecimento e da integração da questão territorial.

Participação

A **gestão democrática** só se realiza na integração com o território, já que a participação efetiva das famílias e da comunidade depende de as pessoas se sentirem reconhecidas, parte do projeto educativo e responsáveis por apoiar o acesso à Educação das crianças e adolescentes.

Conhecimento

O **território**, seja ele qual for, **é rico em interações significativas** em estado potencial. Pessoas, saberes, recursos diferenciados podem ser articulados ao itinerário formativo de estudantes, enriquecendo seu repertório, garantindo novas aprendizagens, ampliando seu olhar sobre o território e fortalecendo sua autonomia para estabelecer conexões possíveis que estão além das instituições.

Articulação Intersetorial

Para que as crianças e adolescentes possam acessar a escola e aprender é necessário criar condições para a sua **educabilidade** (Tedesco;



López, 2002).⁸ Ou seja, é fundamental que condições dignas de vida e seus direitos sejam observados. Para isso, é necessário contar com a interlocução permanente e com o trabalho integrado a equipamentos e agentes de todos os setores que tiverem contribuições relevantes a dar ao desenvolvimento integral das crianças e adolescentes (saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer, etc.).

Redes territoriais

Para tanto, é preciso reconhecer a importância das redes territoriais na promoção e garantia do Direito à Educação, e na salvaguarda dos demais direitos humanos.

Denominamos **redes territoriais** os coletivos, organizações que se formam no âmbito dos territórios e que envolvem diferentes atores sociais – ativismo comunitário, sociedade civil organizada, gestão pública, e outros – articulados em torno de temáticas e/ou objetivos comuns. Com estruturas flexíveis, as redes costumam reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa.

As redes de organizações territoriais podem ser constituídas de modo informal ou formal. Nas redes informais, observa-se a articulação de ações comunitárias e projetos locais, que podem estar conectados e em parceria com indivíduos e coletivos sociais envolvidos em causas e pautas comuns. Estas organizações comumente se reúnem para discutir propostas de desenvolvimento local e trocar informações sobre o território e os problemas da região.

- **Importante!**
- Como princípio orientador,
- **a rede de proteção social**
- **territorial** desenvolve
- estratégias de integração dos
- agentes locais, procurando
- superar a lógica dos encami-
- nhamentos por uma aborda-
- gem integrada, que prioriza a
- criação de comitês multidis-
- ciplinares de referência para
- cada família atendida.

⁸ TEDESCO, J. C.; LÓPEZ, N. "Algunos dilemas de la educación secundaria en América Latina". *REICE – Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, vol. 2, n. 1, jan-jun, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120103>.

Como estrutura formalizada, por sua vez, podemos compreender a criação de **redes de proteção social** estabelecidas no conjunto de serviços e setores governamentais que atuam de modo integrado nos territórios, buscando alinhamentos comuns para prestar assistência às pessoas, em vez de apenas encaminhá-las de um serviço para outro. As redes formais são estabelecidas por meio da formalização de programas e políticas públicas intersetoriais no nível dos territórios. Tais redes possibilitam alinhar agendas e unificar cadastros e sistemas de informação em uma lógica de colaboração.

A **escola também compõe ou dialoga diretamente com as redes** – informais e formais – como parte integrante da dinâmica local do território onde se insere. Como um ator da comunidade atuante na melhoria das suas condições de vida e de desenvolvimento, a escola apoia o protagonismo de crianças e estudantes no processo de aprendizado, com foco na capacidade que têm de produzir conhecimento e atuar nas transformações de suas próprias vidas e comunidade.

Importância do Projeto Político Pedagógico (PPP)

A garantia do Direito à Educação pressupõe a articulação e colaboração entre escola e diferentes setores, organizações e sujeitos do território. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma estratégia para materializar e concretizar relações no ambiente escolar. Construído e monitorado colaborativamente, o PPP torna-se importante instrumento de democratização da gestão e do conhecimento.

A partir da articulação e mobilização de redes que envolvem diferentes agentes, programas, políticas públicas e iniciativas locais buscam-se condições contínuas para acesso à Educação e garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. Conectados por um objetivo comum, estes diferentes atores e instituições podem construir uma prática territorial interseccional com participação comunitária.



A atuação em rede, então, torna-se central para efetivação da política educacional, com a participação ativa de famílias e da comunidade local. Esta abordagem está fundamentada em uma visão de escola pública participativa e democrática, focada no desenvolvimento comunitário sustentável e na garantia do Direito à Educação de todas as crianças e adolescentes.

Passos estruturantes

O projeto Territórios em Rede ampliou suas atividades para Minas Gerais, em 2021, envolvendo, num primeiro momento, os municípios de Aimorés, Conselheiro Pena, Governador Valadares e Resplendor, e em 2022, chegou em Tumiritinga. Em Aimorés, a iniciativa foi implementada a partir de agosto de 2021.

Inicialmente, a Fundação Vale e a equipe gestora do projeto realizaram uma apresentação para as prefeituras desses municípios, com a presença das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Esses encontros foram estratégicos para iniciar as visitas às instituições públicas e tiveram como objetivo alinhar os procedimentos e começar o trabalho de campo.

Conhecendo o Território

Após as pactuações e alinhamentos iniciais com a gestão pública do município, a equipe gestora concentrou-se em estabelecer as bases para a implementação de sua metodologia e alcance de suas metas centrais:



Meta primária

Reinserir 300 crianças na escola, considerando a estimativa de haver 477 crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão no município de Aimorés. Esta meta representaria alcançar mais de 60% do público-alvo.

Meta secundária

Incidir sobre as políticas públicas de modo a fomentar a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, a partir de ações intersetoriais da gestão pública.

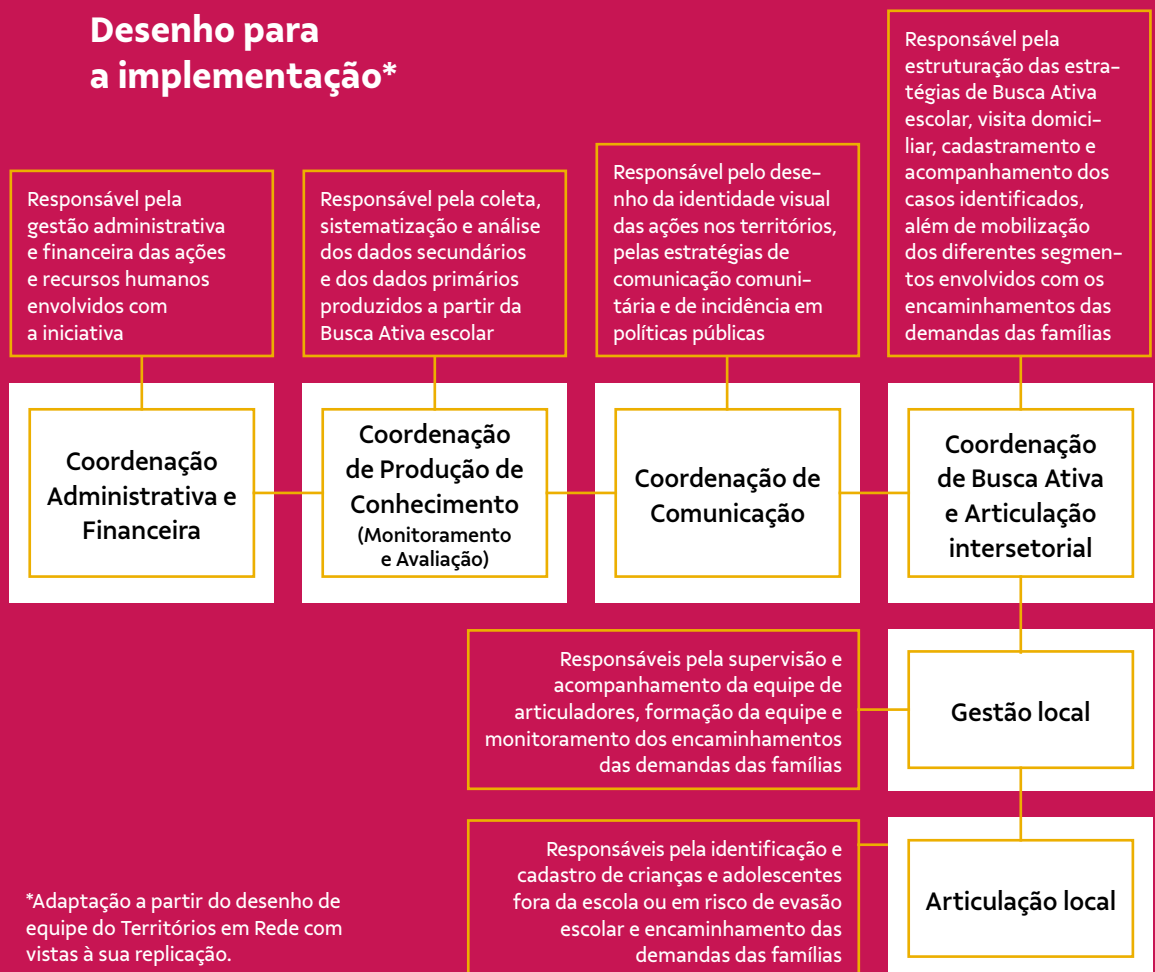
A meta primária foi calculada com base na relação entre as informações obtidas por meio do Diagnóstico Socioterritorial e a capacidade da equipe de campo disponível à época. Para apoiar a meta principal, foram estabelecidos um conjunto de indicadores de processo, que também serviam ao monitoramento das atividades planejadas e executadas. A segunda meta teve como objetivo apoiar o trabalho das Secretarias, a partir da estruturação de estratégias permanentes e intersetoriais.

Para atingir os objetivos e metas previstos, o projeto deu início a um conjunto de ações estratégicas. Enquanto algumas aconteceram no início da implementação do projeto, outras foram realizadas continuamente ao longo de todo percurso do Territórios em Rede em Aimorés (MG):

- **Estruturação e Formação das equipes** de campo e planejamento;
- **Articulação Intersetorial com a criação de um Comitê Gestor Intersetorial** com foco na questão da exclusão escolar;
- **Diagnóstico Socioterritorial** para levantamento de dados e informações sobre o município;
- **Formação em Serviço**: capacitação de agentes públicos e da sociedade civil para a incorporação da metodologia, conferindo sustentabilidade às ações implementadas;
- **Comunicação Comunitária e Mobilização Social**: estratégias de comunicação a fim de sensibilizar e mobilizar o município para a agenda do enfrentamento da exclusão escolar;
- **Busca Ativa e Articulação no território**: trabalho de campo focado na identificação das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar (visitas domiciliares e contato telefônico), bem como a mobilização de agentes, organizações sociais e equipamentos públicos em nível territorial;

- **Avaliação e Monitoramento:** cadastro de casos em sistema próprio, permitindo a construção de banco de dados com informações socioeconômicas de cada criança, adolescente e família atendidas;
- **Sistematização da Metodologia** construída em Aimorés, discutindo aprendizagens e legado sobre a incidência política do projeto no município.

Desenho para a implementação*



*Adaptação a partir do desenho de equipe do Territórios em Rede com vistas à sua replicação.

Uma vez que a iniciativa tinha como foco garantir o acesso e a permanência na escola, mantendo o vínculo dos estudantes e famílias com as unidades escolares e assegurando sua proteção integral, articular a rede de proteção social existente no município era condição necessária para o retorno às aulas e prevenção do risco crescente de exclusão escolar.

A equipe para o trabalho de campo foi composta por uma gestora local e dois articuladores de campo, que, além de residirem no município, detinham conhecimento do território e da oferta de serviços públicos pela rede intersetorial.

Formação inicial e contínua da equipe

Em meio a um cenário desafiador, o projeto em Aimorés avançou na sua estruturação, promoveu um ciclo formativo para a equipe que seria responsável pela implementação da experiência no território, assim como criou canais de comunicação visando ações integradas entre as Secretarias de Educação, de Saúde e Assistência Social.

O processo formativo abordou princípios do Direito à Educação, formação de redes e ação intersetorial, além de discutir a importância de um olhar complexo e multidimensional sobre o território, sobre a metodologia da Busca Ativa escolar, ações técnicas no uso de aplicativos e a inserção de dados para monitoramento e acompanhamento dos casos identificados.



Formação inicial
da equipe

Fonte: banco de imagens do projeto, 2021.

A formação contou com o planejamento e a implementação das estratégias voltadas à consolidação da rede de proteção de crianças e adolescentes identificados pelo projeto, seguindo os pressupostos da legislação brasileira pertinente ao tema.

Foco na legislação!

Constituição Federal 1988

Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à Saúde, à alimentação, à Educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.⁹

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990

Reforça os direitos das crianças e adolescentes, garantindo proteção integral e priorizando o bem-estar deste público. A lei também estabelece diretrizes para a criação de políticas públicas voltadas para este segmento da população.¹⁰

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996

Apresenta as diretrizes e bases da Educação nacional, garantindo o Direito à Educação e estabelecendo normas para sua organização.¹¹

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos 2010

Orientam a formulação dos currículos para o Ensino Fundamental, garantindo a inclusão e a qualidade da Educação.¹²

9 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília/DF: Presidência da República, [1988/2023]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm.

10 BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF: Senado Federal, 1990. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598834/Eca_normas_correlatas.pdf.

11 BRASIL. *Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília/DF: Diário Oficial da União. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9394.htm>.

12 BRASIL. *Resolução CNE/CEB 7/2010*. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf

Foto da equipe em visita
a unidade escolar



Foto: Perikles Siqueira, 2022

Equipe em campo

A equipe do Territórios em Rede de Aimorés entrou em campo no mês de novembro de 2021. Para melhor identificar os articuladores, a equipe atuava uniformizada e foi apresentada por um vídeo divulgado para as famílias e instituições locais. Com isso, ampliou-se a confiança para sua entrada nas casas e nos territórios, de modo que as parcerias foram crescendo, sobretudo, com as unidades de ensino.



↑ Projeto TR em Aimorés (MG).
Apresentação da equipe no
território

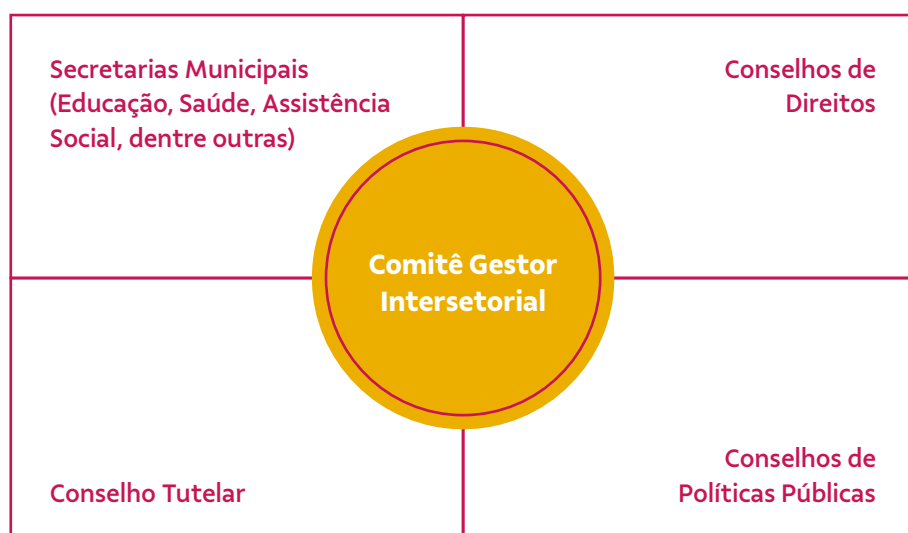
Articulação Intersetorial e Criação do Comitê Gestor Intersetorial

Considerando a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas em Aimorés parcerias com instituições e órgãos necessários para a implementação da proposta. Nesse período, a equipe promoveu visitas a entidades civis e órgãos governamentais dos municípios, visando divulgar o projeto e fortalecer articulações e fluxos para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.

A formação do **Comitê Gestor Intersectorial** no município, peça-chave do projeto, tem como finalidade estabelecer-se como um fórum de articulação de políticas e análise de casos de exclusão escolar. Seu principal objetivo é aumentar a integração das ações governamentais em todos os níveis, com a participação de gestores, visando à ativação das redes de proteção social e ao acesso aos direitos da cidadania.



De caráter multidisciplinar, o Comitê tornou-se essencial para integrar os serviços de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, nos territórios. Os componentes e as diretrizes eram definidas pelas equipes técnicas das Secretarias e então apresentadas e seguidas pela equipe de campo, que trabalhava em diálogo direto com os agentes locais das diferentes pastas, para fortalecer a rede de proteção a crianças e adolescentes em risco de evasão escolar.

O trabalho de fomento à intersetorialidade realizado no âmbito do **Comitê Gestor Intersetorial (CGI)** possui os seguintes objetivos gerais:



Objetivos gerais do CGI

- Incentivar e fortalecer a cultura de organização intersetorial das políticas públicas;
- Instaurar um fórum de gestão compartilhada de acompanhamento da implementação do projeto com o Poder Público;
- Contribuir com a promoção de agendas reflexivas e com a proposição de ações práticas, com foco na proteção integral de crianças e adolescentes, por meio da prevenção e do enfrentamento da exclusão escolar;
- Desenvolver um processo de construção de autonomia na gestão intersetorial do Comitê para a sustentabilidade de suas ações;
- Apoiar a constituição e a implementação de uma política pública municipal intersetorial de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar nos municípios;
- Promover um percurso formativo em torno da metodologia do projeto Territórios em Rede, com os representantes das políticas públicas.

De modo a fortalecer a comunicação entre os diferentes agentes envolvidos no Comitê, foram realizadas reuniões de trabalho nas quais a equipe local apresentou suas principais ações em Aimorés. Nesses encontros, casos críticos de crianças fora da escola ou em risco de evasão foram debatidos e diferentes estratégias foram desenhadas para responder, de forma efetiva, às questões identificadas.

A partir da leitura dos principais desafios, o Comitê também estabeleceu o fluxo de informações e indicadores para monitorar crianças em idade escolar. Esses dados, alimentados no sistema georreferenciado do Territórios em Rede, não apenas mapearam a realidade da exclusão escolar em Aimorés, mas auxiliaram no acompanhamento e avaliação das ações implementadas.

Diagnóstico Socioterritorial

Para garantir o alinhamento da metodologia do Territórios em Rede com a realidade local, o projeto buscou informações em bases de dados secundárias que pudessem fornecer subsídios ao Diagnóstico Socioterritorial do município e auxiliar no entendimento do perfil das famílias mais vulneráveis aos processos de exclusão escolar. Esse diagnóstico formou um painel de indicadores de vulnerabilidade social, focado na elaboração de um panorama sobre a situação da exclusão escolar no município. Além de oferecer uma base para a compreensão do desenvolvimento humano no território, possibilitou o cruzamento de dados e uma visão integrada dos desafios da Educação em Aimorés.

O diagnóstico ofereceu subsídios para as políticas sociais do município, tanto em sua fase de elaboração inicial, quanto em sua atualização ao longo do projeto. Esse estudo se tornou uma importante ferramenta de análise das demandas sociais pelo Direito à Educação ao transformar os cadastros individuais e as listas de nomes em informações concretas e vivas, mostrando a conexão destas crianças e adolescentes com seus territórios, grupos populacionais e com marcadores de classe, raça e gênero.

De acordo com dados do Censo Demográfico, do IBGE, a população de Aimorés aumentou 1,2% entre 2010 e 2022. No entanto, a população de 4 a 17 anos retraiu 18,9% no mesmo período. Provavelmente, isso se deve à redução da taxa de fecundidade, que ainda se mostra em curso no município de Aimorés, associada ao envelhecimento da população, ou seja, o aumento do tempo médio de vida.

População de 4 a 17 anos por faixa etária escolar em 2010 e 2022 – Aimorés (MG)

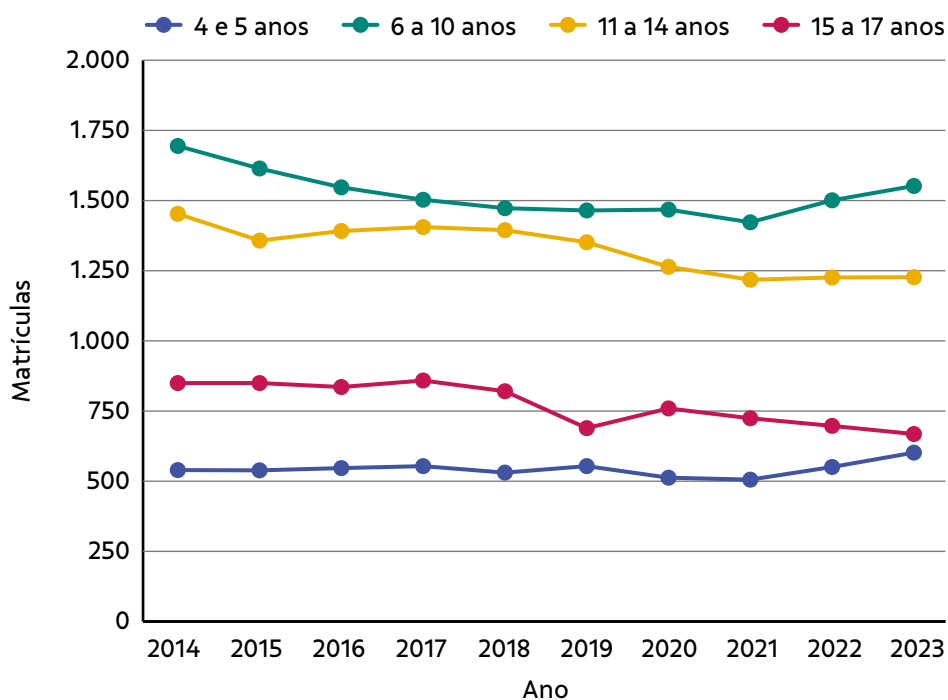
Idade	Ano	
	2010	2022
4 e 5 anos	710	637
6 a 10 anos	1.859	1.579
11 a 14 anos	1.708	1.258
15 a 17 anos	1.287	1.040
Total	5.564	4.514

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e 2022.

O número de matrículas recuou 21,4% entre 2010 e 2022, o que é, relativamente, um pouco mais do que a retração da população infantojuvenil. Este é um indicativo de que a cobertura do atendimento escolar pode não ter avançado no período. Na data de referência do Censo Escolar de 2023 (31 de maio), havia 4.873 matrículas na Educação Básica, sendo 4.060 de crianças e adolescentes com idade entre 4 e 17 anos.

O gráfico a seguir mostra o número de matrículas segundo a faixa etária do estudante, a despeito da etapa que frequentava, entre os anos de 2014 e 2023.

Número de matrículas, por faixa etária, de 2014 a 2023 – Aimorés (MG)



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
4 e 5 anos	544	543	551	558	535	558	517	510	555	606
6 a 10 anos	1695	1615	1548	1504	1474	1466	1469	1424	1502	1553
11 a 14 anos	1454	1359	1393	1407	1396	1353	1266	1220	1228	1229
15 a 17 anos	853	853	839	862	824	693	763	728	701	672

Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica, 2014 a 2023.



Foto: Perikles Siqueira, 2022

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2023, a rede municipal de Aimorés era responsável por 44,2% das matrículas na Educação Básica e a rede estadual, por 48,8%. As unidades de ensino privadas somavam 7% das matrículas. Na Educação Infantil, a rede municipal era responsável por 90,5% das matrículas na creche e por 88%, na pré-escola. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a rede municipal era responsável por 44,9% das matrículas e a rede estadual por 46,4%. Nos anos finais do Ensino Fundamental, a rede estadual contemplava 66,8% das matrículas e a rede municipal, 32%. No Ensino Médio, a rede estadual reunia 100% das matrículas.

A distribuição das matrículas na Educação Básica por gênero neste município mineiro reflete um quadro comum no Brasil: os meninos predominam numericamente, correspondendo a 51,2% dos estudantes e isso se reflete até o Ensino Médio, em que os meninos são 53,5%. Esses dados chamam a atenção, uma vez que, em geral, no Brasil, a evasão escolar durante a Educação Básica impacta mais os meninos, fazendo com que as meninas sejam maioria no Ensino Médio. Mas, em Aimorés, diferentemente do panorama mais comum no Brasil, a diferença entre meninos e meninas se mantém praticamente a mesma durante toda a Educação Básica.

A declaração por cor ou raça dos estudantes de Aimorés no Censo Escolar de 2023 alcançou 91,5% das matrículas. Nesse contingente, de 4.458 matrículas, os estudantes declarados pardos eram 66,4%, os brancos, 30,3%, e os pretos, 3,1%. Os demais declararam-se como amarelos (0,1%) ou indígenas (menos de 0,1%).

Matrículas na Educação Básica com declaração de Cor ou Raça em 2023 – Aimorés (MG)

Cor ou Raça	Matrículas	%
Parda	2.962	66,4%
Branca	1.350	33,3%
Preta	139	3,1%
Amarela	5	0,1%
Indígena	2	0,04%

Nota: Foram consideradas somente as matrículas com a informação de cor ou raça, referente a 91,5% do total (415 matrículas não tiveram a informação).

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

Ainda segundo dados do Censo Escolar de 2023, 52,2% das matrículas da creche são atendidas em tempo integral (mínimo de 7 horas por dia). Já na pré-escola, todas as matrículas são oferecidas em horário parcial (menos de 7 horas por dia). Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental predominam as matrículas em tempo parcial, com 92,9% e 98,9%, respectivamente. No Ensino Médio, atendido pela rede estadual, o horário integral é oferecido a 33,1% das matrículas.

Percentual de Matrículas na Educação Básica com jornada em Tempo Integral em 2023 – Aimorés (MG)

Etapa	%
Creche	52,2%
Pré-escola	0%
Anos Iniciais	7,1%
Anos Finais	1,1%
Ensino Médio	33,1%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.



A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) é o indicador que expressa o percentual de estudantes com idade que estão dois ou mais anos acima da recomendada para a série escolar em que estejam matriculados.

Em Aimorés, no ano de 2023, a TDI dos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 4,1%, a dos anos finais, de 9,9%, e a do Ensino Médio, de 15,7%. A TDI dos anos iniciais do Ensino Fundamental aumentou em relação aos três últimos anos, voltando ao patamar de 2019. Já nos anos finais, reduziu um pouco em relação a 2022, confirmando uma trajetória de queda, com pequenas oscilações. Nesta etapa, a TDI de 2023 é a menor que o município já registrou. No Ensino Médio, também foi registrada a menor da série histórica, batendo o recorde de 2019, que havia sido de 16,8%.

Taxa de Distorção Idade-Série em 2023 – Aimorés (MG)

Etapa	TDI
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,1%
Anos finais do Ensino Fundamental	9,9%
Ensino Médio	15,7%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

A taxa de aprovação nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 99,8% no ano de 2022 (os resultados de 2023 ainda não foram divulgados). Este é o maior percentual observado no município. Nos anos finais do Ensino Fundamental, a taxa de aprovação de 2022 foi de 93,4%, recuando em relação aos três anos anteriores e voltando ao resultado observado em 2018.

No Ensino Médio, a taxa de aprovação foi de 88,2% em 2022, mantendo o patamar alcançado em 2021, que foi de 88,5%. Essas são as duas maiores taxas de aprovação verificadas no Ensino Médio de Aimorés em toda a série histórica registrada pelo Censo Escolar.

Taxa de Aprovação em 2022 – Aimorés (MG)

Etapa	Taxa de aprovação
Anos iniciais do Ensino Fundamental	99,8%
Anos finais do Ensino Fundamental	93,4%
Ensino Médio	88,2%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

 **A taxa de abandono escolar expressa, dentre os estudantes que estavam matriculados no final do mês de maio, aqueles que não terminaram o ano letivo vinculados a uma escola.**

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a taxa de abandono foi de 0,2% e, desde 2012, vem oscilando em percentuais que variam entre este decimal e 0,6%. Nos anos finais do Ensino Fundamental, a taxa de abandono ficou abaixo de 2% entre 2016 e 2021, mas subiu a 2,1% em 2022. No Ensino Médio, há variações bem expressivas nos últimos anos, ora aumentando ora diminuindo, mas tendo chegado a 5,5% em 2019. Porém, em 2020, o primeiro ano da pandemia da covid-19, subiu para 10,2%, depois caiu para 6,9%, em 2021, e voltou a subir em 2022, atingindo 8,8%.

- **Ponto de atenção!**
- Para o sistema educacional, há uma diferença entre as definições de abandono e evasão escolar. Abandono é o ato de parar de frequentar a escola antes de terminar o ano letivo. Já a evasão refere-se ao estudante que abandonou a escola, ou até mesmo chegou ao final do ano letivo, mas não retornou no ano seguinte para o sistema escolar.

Taxa de Abandono em 2022 – Aimorés (MG)

Etapa	Taxa de abandono
Anos iniciais do Ensino Fundamental	0,2%
Anos finais do Ensino Fundamental	2,1%
Ensino Médio	8,8%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.



“Certamente, enfrentamos problemas relacionados à saúde mental. Após a pandemia, vimos casos de jovens lutando contra a depressão e a automutilação. Tomamos medidas para garantir que esses adolescentes recebessem o acompanhamento necessário de um psiquiatra.”

Articulador local da equipe de Aimorés

O IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas de Aimorés registrou queda acentuada na medição de 2021, recuando de 6,2 para 5,7. Nos anos finais do Ensino Fundamental, o IDEB das escolas públicas subiu para 5,1 em 2021 e chegou ao maior valor já alcançado. Atualmente, está igual ao das escolas públicas do estado de Minas Gerais. No Ensino Médio, o IDEB das escolas públicas em 2021 foi 4,0, igual ao de 2019, porém, está igual ao das escolas públicas do estado de Minas Gerais. Seja no Ensino Fundamental ou no Médio, o IDEB das escolas públicas de Aimorés é superior ao nacional.

Dados da rede pública de ensino em Aimorés

IDEB da rede pública em 2021

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental
5,7	5,1

Matrículas em 2023

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
1.498 matrículas	1.305 matrículas	650 matrículas

Docentes em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
220 docentes	106 docentes

Número de estabelecimentos de ensino em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
20 escolas	7 escolas

Fonte: INEP, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2021. INEP, Censo Escolar da Educação Básica 2023.



Equipe em busca ativa nas ruas

Foto: Perikles Siqueira, 2022.

Busca Ativa

O trabalho de Busca Ativa escolar proposto pelo projeto Territórios em Rede se organiza também no “bater de porta em porta”, caminhando pelas ruas e, como o próprio nome indica, buscando, investigando o território, falando com moradores e trabalhadores e acionando as instituições por caminhos complementares. A Busca Ativa escolar implica, em alguma medida, um conjunto de estratégias e ações de comunicação e articulação comunitária.

Além do trabalho inicial com as listagens oficiais da Secretaria de Educação, a Busca Ativa escolar teve início em Aimorés a partir da articulação de diferentes fontes de informação para identificar possíveis casos de desvinculação escolar que pudessem se tornar casos de infrequência ou evasão. Para tanto, foi produzido um mapeamento de instituições do território que seriam mobilizadas e ações de comunicação se espalharam pelos bairros do município.

Mapeamento de Instituições e Demandas

- Mapeamento de instituições e serviços disponíveis realizados pelos articuladores;
- Apresentação dos objetivos, metas e estrutura do Territórios em Rede a cada instituição visitada;
- Contato com as escolas do território para identificar crianças e adolescentes em situação de infrequência e/ou exclusão escolar.

Com o aval das lideranças das pastas da Educação, Saúde e Assistência Social do município, a equipe de campo iniciou o diálogo e acompanhamento com as equipes que realizam o trabalho na ponta, cotidianamente. Na Educação, por exemplo, a fim de estreitar a relação e colaboração entre os agentes, os articuladores visitaram as escolas, apresentando o projeto às equipes de gestão e pedagógicas, levantando as demandas específicas em cada instituição.



“É um trabalho em parceria. O projeto deu o pontapé inicial e, depois, acolhemos e compramos a ideia. Tem sido feito um trabalho maravilhoso. Muito obrigada por tudo! Estamos aqui para o que precisar, conte sempre conosco.”

Ana Paula Campos Paixão, supervisora da Escola Municipal Teixeira Soares de Aimorés

Cadastro de crianças infrequentes

A equipe de Aimorés esteve no morro da Caixa D'água, no bairro Rua Nova. Durante a Busca Ativa foram realizados 20 cadastros de crianças infrequentes.



Cadastro de crianças infrequentes

Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.

Busca Ativa nas ruas

- Busca por crianças e adolescentes fora da escola de porta em porta, a partir da demanda espontânea. Muitas vezes, é um vizinho ou alguém que sabe onde há crianças que não estão indo para a escola;
- Visitas aos CRAS¹³, unidades de Saúde, igrejas, associações e comércios;
- Conversas com agentes locais sobre crianças e famílias não localizadas no território;
- Distribuição de cartazes com informativos e divulgação de imagens sobre o projeto. A identificação visual do uniforme utilizado pelos articuladores fez muita diferença na recepção e acionamento dos agentes nos territórios.



Procedimentos ao encontrar uma criança ou um adolescente fora da escola ou em risco de evasão escolar

1. Articulador se aproxima da família para entender a situação, por meio de uma visita domiciliar;
2. Articulador realiza uma entrevista para coleta de informações de cadastro e para o entendimento do caso;
3. É realizado o cadastramento da família no sistema de monitoramento; os dados são registrados em aplicativo específico e alimentam o banco de dados do projeto;
4. Se a criança ou o adolescente estava fora da escola, orientava-se imediatamente a família sobre os procedimentos de matrícula, em qualquer período do ano;
5. Se a criança ou o adolescente estava matriculado, mas infrequente, fazia-se o cadastro para acompanhamento familiar, tendo em vista evitar o abandono.

Botando a boca no trombone



Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.

Instalação de faixas em equipamentos públicos

Em Aimorés, um mutirão percorreu os distritos de Santo Antônio do Rio Doce e São Sebastião da Vala colando faixas em abrigos, postos de Saúde, CRAS e escolas, com direito a carro de som.



Instalação de faixas em equipamentos públicos



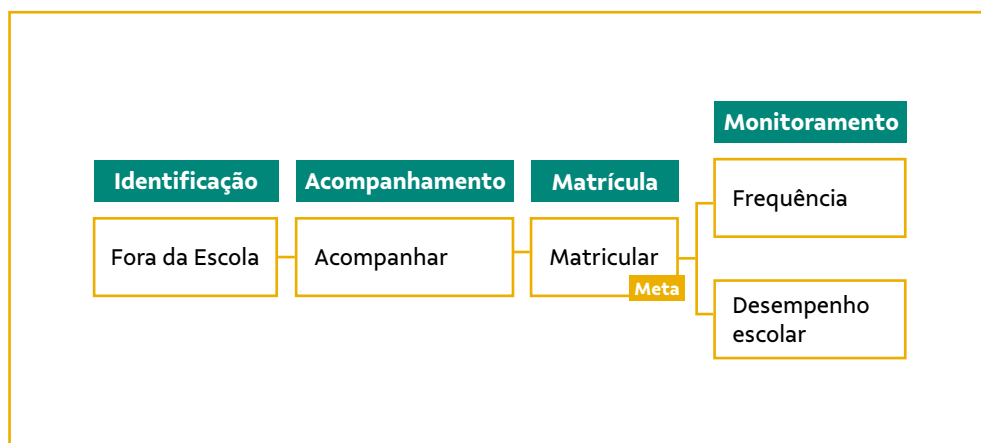
⬆ Confira o vídeo do carro de som – YouTube

Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.

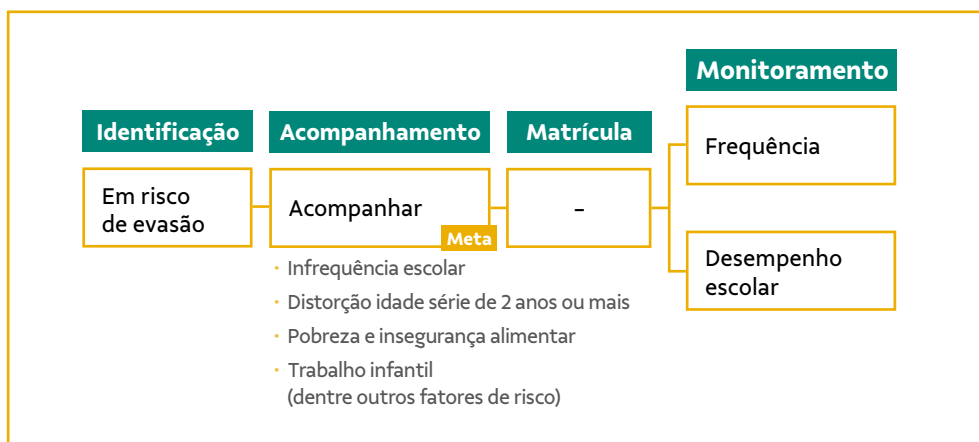
Fluxo de ações

Fora da Escola (sem matrícula)	Risco de Evasão (infrequente)
- Identificar motivo pelo qual a criança ou o adolescente está fora da escola; - assegurar a matrícula escolar em qualquer tempo; - uma vez matriculado, monitorar a frequência e o desempenho escolar.	- Identificar motivo da infrequência (falecimento, mudança de cidade, mudança para outra rede de ensino); - monitorar a frequência escolar e o desempenho regularmente; - avaliar outras variáveis de risco: distorção idade-série maior que 2 anos, situações de violências, etc.
verificar outras demandas sociais da criança / adolescente ou no núcleo familiar (ex: insegurança alimentar, atendimento de saúde, acompanhamento socioassistencial, geração de renda, entre outras);	
realizar acompanhamentos periódicos (contatos remotos e visitas domiciliares).	

Fluxo de ações



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Uma vez que o articulador localiza uma criança ou um adolescente fora da escola, é feita uma visita domiciliar para entender, com os responsáveis, os motivos da infrequência, do abandono, da evasão, ou mesmo se nunca havia estado na escola.

O trabalho de reinserção da criança ou adolescente na escola envolvia:

1. A articulação com as escolas, responsáveis por disponibilizar a vaga e efetivar a matrícula; a articulação com órgãos da Saúde, Assistência Social, Sistema de Garantia de Direitos, Direitos Humanos, entre outros, a depender do motivo que mantinha a criança afastada;
2. A articulação com parceiros para resolver documentação pendente, sanar problemas de vulnerabilidade social (saúde, moradia ou ausência de responsável), transferência por motivos de conflitos no território que afetam o deslocamento do estudante até a escola, entre outros.

Após efetivada a matrícula, mantinha-se, quando necessário, um acompanhamento das crianças/famílias, em diálogo direto com gestores das unidades escolares, buscando a permanência delas na escola por meio do constante monitoramento das listas fornecidas periodicamente pela rede de Educação. Caso houvesse sinais de nova evasão, o projeto retomava as etapas anteriores necessárias para evitar ou reconduzir a criança ou o adolescente à rede escolar.

Desafios encontrados para a realização da Busca Ativa escolar

Os depoimentos fornecidos pela equipe de campo do projeto Territórios em Rede de Aimorés revelaram alguns dos desafios enfrentados durante o período pós-pandêmico, especialmente aqueles ligados à saúde mental e às demandas de adaptação à vida escolar presencial, principalmente, entre os adolescentes. Entre os aspectos mais relevantes, destacam-se:

Intersetorialidade e integração de políticas públicas

Verificou-se a ausência de uma cultura institucional de trabalho intersetorial, além do desconhecimento dos gestores públicos sobre as ações em curso nos diferentes setores da gestão municipal e, ainda, a falta de dados gerais sobre o município, que dificultavam a implementação de ações promotoras do Direito à Educação Básica de qualidade para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade;

Alto nível de vulnerabilidade social das famílias identificadas

Tal condição exigia que as equipes de campo atendessem a várias demandas além do acesso à escola, como proporcionar meios para alimentação, serviços de Assistência Social e Saúde, exigindo, das equipes, habilidades específicas para articulação, acolhimento e identificação dos principais fatores que interferem no acesso e na permanência na escola;

Dificuldade de locomoção entre os distritos do interior e as escolas centralizadas em Aimorés

Uma grande dificuldade identificada foi o acesso à escola para crianças e adolescentes residentes nos distritos mais afastados, devido a distância, má qualidade das estradas e condições climáticas desfavoráveis;

Trabalho infantil

Nos distritos do interior, muitas crianças e adolescentes eram infrequentes ou evadidos do sistema educacional devido à necessidade de trabalhar para sustentar a família;

Dificuldade no acesso a tratamentos e profissionais de saúde

O projeto observou dificuldades das famílias em acessar certos tratamentos e profissionais de Saúde. Em Aimorés, muitos problemas de saúde requeriam o Tratamento Fora de Domicílio (TFD), sendo Governador Valadares o principal destino para tais tratamentos. A distância e a incompatibilidade entre os horários das consultas e viagens com a rotina das famílias eram comuns. Em Aimorés, o acesso a certas especialidades médicas, como fonoaudiologia, psiquiatria e neurologia inexistia, exigindo que os pacientes buscassem atendimento em outros municípios. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece esses atendimentos, porém existe uma limitação no número de consultas disponíveis por mês para cada município. Frequentemente, essa cota mensal não é suficiente para atender toda a demanda existente, conforme relatado pela equipe local;

Articulação entre as redes estadual e municipal de Educação

Os desafios para estabelecer uma comunicação e parceria efetiva entre as redes estadual e municipal de Educação em Aimorés elevam o risco de evasão nas transições entre as etapas de ensino e impedem uma efetiva integração das gestões escolares na implementação de estratégias articuladas e integradas de enfrentamento da exclusão escolar.

Pandemia e impactos no processo de escolarização

Os impactos da pandemia na Educação de crianças e adolescentes em situações de extrema pobreza são complexos e profundos. Sua total extensão ainda requer avaliação detalhada. Durante o período de transição para o retorno às aulas presenciais, várias questões emergiram, particularmente entre famílias vulneráveis. Na região de Minas Gerais, onde o projeto Territórios em Rede atuou, essas problemáticas se intensificaram.

Primeiramente, a pandemia acentuou as desigualdades sociais existentes, especialmente no aspecto econômico. Famílias com vários filhos em diferentes séries escolares enfrentaram enormes desafios no ensino remoto, muitas vezes, contando apenas com um celular no domicílio e com acesso limitado ou inexistente à internet. Essa situação reduziu drasticamente as condições mínimas necessárias para uma Educação adequada, resultando em uma interrupção significativa na rotina educacional, mesmo com a distribuição de kits educacionais.

Como consequência direta, no período pós-pandemia, muitas crianças encontraram dificuldades no processo de escolarização, em especial, na alfabetização. Aquelas que já enfrentavam desafios educacionais viram essas questões se intensificarem, resultando em uma defasagem ainda maior entre idade e série escolar. Observaram-se ainda muitos casos de pré-adolescentes de 10 e 11 anos enfrentando barreiras adicionais por estarem em classes com crianças mais novas.

A interrupção da escolarização durante o ensino remoto, agravada pela falta de infraestrutura adequada para estudo em casa, levou muitos adolescentes a buscarem trabalho nas ruas para ajudar no sustento da família. Nesse contexto, alguns adolescentes foram forçados a entrar no mercado de trabalho, muitas vezes, em condições de exploração ou em empregos informais, para contribuírem com a renda familiar. Isso não apenas exacerbou a distorção idade-série, mas também criou uma resistência com o retorno à escola, dada a necessidade de continuar contribuindo significativamente com a renda familiar. Há relatos de casos de adolescentes, inseridos no mercado de trabalho informal como na lavoura, que não se sentem estimulados a retornar à escola, dada a disparidade entre sua idade e a série em que se encontram.

O envolvimento precoce no mercado de trabalho vem resultando em um afastamento dos processos educacionais, agravando os desafios existentes e criando novas barreiras para a continuidade da Educação formal.

Mobilização Social e Comunicação Comunitária

Durante a implementação do projeto, intensificou-se a Busca Ativa escolar por crianças e adolescentes que se enquadravam no perfil determinado. O objetivo, entretanto, não era apenas encontrar esse público específico, mas sensibilizar as comunidades e as diversas regiões de Aimorés sobre a essencialidade do Direito à Educação. Para alcançar tais objetivos, diversas estratégias de comunicação e mobilização social foram adotadas.



Panfletagem para divulgação do Projeto

Foto: Perikles Siqueira, 2022.

A comunicação direcionou ações para sensibilizar a sociedade sobre os compromissos e objetivos do Territórios em Rede, além de promover uma ampla divulgação para incentivar a procura espontânea pelo projeto. As estratégias adotadas foram variadas, incluindo ações de mobilização comunitária como o uso de carros de som que emitiam mensagens-chave, atingindo até mesmo a população analfabeta. Paralelamente, cartazes, faixas e panfletos foram estrategicamente distribuídos em locais de grande movimento, como: escolas, associações de moradores, postos de Saúde e praças.

No meio digital, conteúdos específicos foram produzidos para as mídias e redes sociais, incluindo o *site* institucional. Materiais de divulgação como áudios, *gifs* e *flyers* circularam pelo *WhatsApp*. Na fase de consolidação do Territórios em Rede em Aimorés, as ações de comunicação se concentraram na ampliação de sua visibilidade pelos meios de comunicação comunitários e na mídia local, produzindo mini documentários para fortalecer esta agenda em âmbito local e municipal.



Articulação com parceiros do Territórios em Rede em MG – YouTube

Ações de Comunicação e Mobilização Comunitária

- Articuladores divididos em diferentes áreas do município de Aimorés para promover o projeto;
- Distribuição de folhetos e fixação de faixas, *banners* e cartazes com informações de contato em locais estratégicos, como escolas, pontos de ônibus, postos de Saúde, associações de moradores, igrejas e estabelecimentos comunitários;
- Utilização de carros de som para difundir mensagens sobre o projeto nas ruas, centros de atendimento, postos de Saúde e comércios;
- Divulgação do projeto por meio de listas de transmissão no *WhatsApp*, redes sociais, e parcerias com instituições locais, jornais e rádios comunitárias;
- Veiculação de notícias sobre o projeto na imprensa municipal.

A divulgação do projeto não apenas aumentou sua visibilidade, como também estimulou a participação comunitária, com os moradores indicando novas famílias. Isso demonstrou a importância dos folhetos com números de telefone, que se mostraram ferramentas indispensáveis para conectar as famílias com os articuladores do projeto, principalmente, em casos de crianças fora da escola.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.

Comunicação em ação

Em Aimorés, a gestora de comunicação, Daniele Moura, divulgou o projeto na Rádio Aliança FM, onde foi entrevistada.

Mutirão de Matrículas

Em Aimorés, foram realizados mutirões da equipe acompanhada com moto som para divulgação do período de matrículas escolares e da Busca Ativa, para identificar crianças e adolescentes fora da escola.



👉 Entrevista à Rádio Aliança FM
– YouTube



👉 Confira o vídeo do moto som
– YouTube



Divulgação nos trens da EFVM



Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.

Parceria na promoção da divulgação

A comunicação da Vale em Minas Gerais, em uma parceria fundamental para o projeto, promoveu a divulgação nas tvs dos trens da EFVM. Além disso, cartazes e folhetos foram oferecidos a partir de janeiro aos passageiros na estação de Aimorés. Carros de som também foram articulados pela comunicação institucional da Vale para percorrer áreas mais distantes e vulneráveis do município.



Confira o vídeo produzido para essa ação – YouTube



Divulgação nos trens da EFVM

Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.

A impressão dos materiais de divulgação do projeto contabilizou **18.332 peças**, entre *flyers*, *folders*, cartazes e faixas de rua que foram distribuídas nos comércios, nas unidades de Saúde, CRAS e CREAs, Conselhos Tutelares, escolas e demais organizações da rede de proteção integral à criança e ao adolescente.

Estima-se que essas peças de comunicação alcançaram **1.320.000** visualizações em todo o período de trabalho em campo.

A comunicação em números



300
cartazes e banners



18.000
flyers e folders



30
faixas de rua



90 horas
de carro de som



A divulgação pelos carros de som totalizou 90 horas, com cerca de 2.250 km percorridos.

O projeto teve uma expressiva divulgação, com o objetivo de alcançar as famílias e proporcionar seu atendimento, além de avisos importantes relacionados aos serviços públicos locais disponíveis para a população.



Boletins

- Foram produzidos **36 boletins institucionais**



Google Trends

- **4.771 pesquisas** do termo Territórios em Rede, no Brasil



Whatsapp

- Foram enviadas **27 mensagens** para as famílias de Aimorés
- A lista de transmissão chegou aos **315 contatos**



Youtube

O canal do Youtube teve:

- **8.772** visualizações
- **93.714** impressões



Facebook

- **354** publicações
- **5.338** stories
- **187.458** pessoas alcançadas



Site

Dados do Google Analytics:

- **6,8 mil** usuários
- **6,7 mil** novos usuários
- **66.780** eventos



Instagram

- **351** publicações
- **5.338** stories
- **176.597** pessoas alcançadas

Estabelecimento de parcerias e participação em Grupos de Trabalho

Ao entrar no território, o articulador era orientado a se apresentar e conhecer os agentes locais, criando laços entre o projeto e a rede mapeada. Foi por meio dessa articulação que o Territórios em Rede conseguiu reforçar e combater o fenômeno da criança e do adolescente fora da escola, e estruturar uma dinâmica de trabalho que envolvesse sociedade e Poder Público.

Por sua vez, a equipe local buscava articular as instituições parceiras, como associação de moradores, entidades privadas, instituições religiosas, lideranças comunitárias, organizações não governamentais, órgãos públicos, sociedade civil, entre outros, compreendendo essa colaboração como estruturante para garantir a Educação como um direito básico.

Com base nessa estratégia, importantes avanços foram estabelecidos:

- Reconhecimento dos agentes locais por parte dos articuladores;
- Criação de laços com a rede e estruturação de uma dinâmica de trabalho conjunto;
- Articulação com diversas instituições e lideranças locais para identificar casos e acionar serviços;
- Participação em diferentes reuniões das redes de serviços e em eventos locais.



“Agradeço o apoio, a parceria, a dedicação e o esforço da equipe do Territórios em Rede, que tem feito o trabalho com muita qualidade visitando as escolas distantes. Espero muito que esse programa continue porque é uma parceria essencial que as escolas já estavam precisando, foi show de bola!”

Thaynara Christina, diretora das Escolas do Campo de Aimorés

Exemplos de parcerias estabelecidas

Em Aimorés, a parceria com representantes da Saúde do município foi fortalecida. A equipe realizou encontros com o Secretário de Saúde, com a responsável técnica pelo sistema E-SUS e com a Coordenação dos Postos de Saúde. Também se reuniu com o Conselho Tutelar para encaminhamento dos casos de infrequência escolar, principalmente, da rede estadual de Educação.



Visita da equipe
ao Conselho Tutelar

Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.



Reunião com grupo intersetorial

Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

A equipe de Aimorés passou a integrar um grupo multiprofissional, com representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, do CRAS e do CREAS. Durante o encontro, foram discutidos casos que são acompanhados pelo Territórios em Rede e feitos os devidos encaminhamentos para garantir a frequência escolar.



Apresentação do Projeto na VII Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

A VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente contou com a participação de mais de 120 pessoas, com a presença de autoridades do município, representantes da sociedade civil, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, entre outros, além da presença expressiva de crianças e adolescentes do território. A equipe do projeto participou do debate e da construção das propostas e também apresentou os resultados alcançados no município.



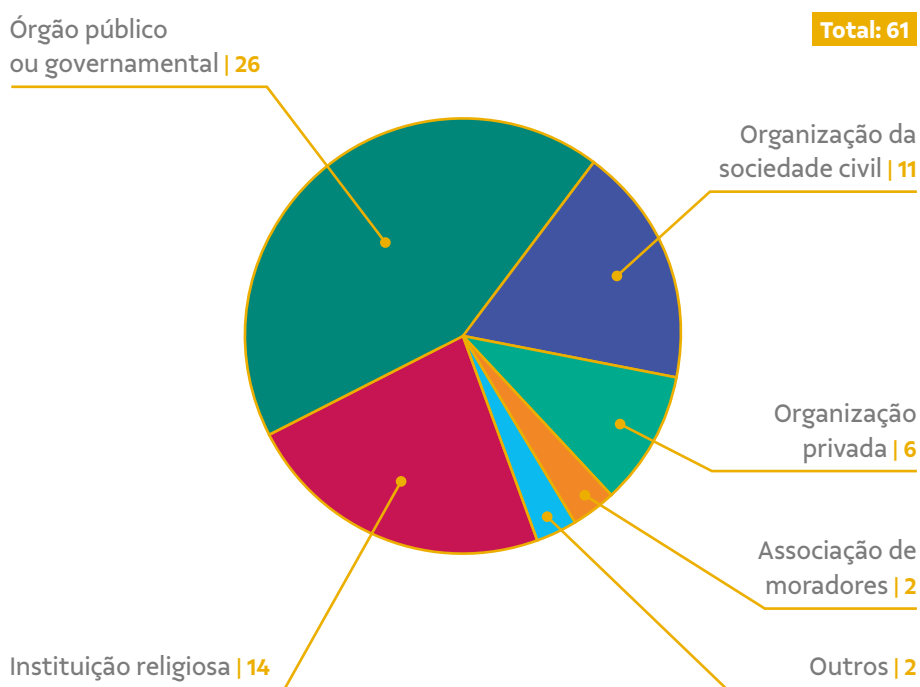
Apresentação do Projeto na VII Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

Ao todo, 61 instituições foram mapeadas para colaborar com o projeto por meio de indicação e/ou acolhimento de casos.

Entre as 25 escolas públicas de Educação Básica existentes em Aimorés, todas foram apoiadas pelo projeto Territórios em Rede, ou seja, 100% do total.

Instituições locais mapeadas para a colaboração com o projeto por meio de indicação e/ou acolhimento de casos – Aimorés (MG)



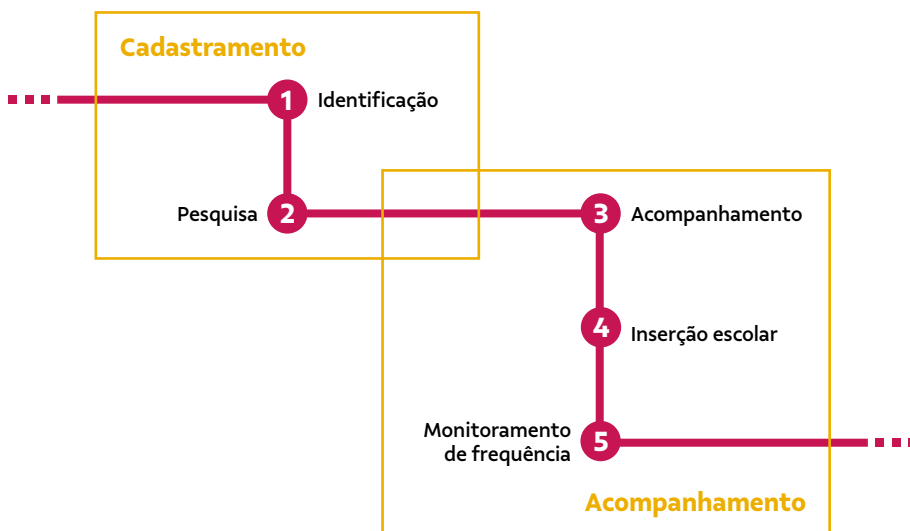
Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Monitoramento e Avaliação

A equipe responsável pelo Monitoramento e Avaliação tinha a tarefa contínua de organizar, consolidar e produzir informações que servissem ao acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações do Territórios em Rede e da inserção e permanência das crianças e adolescentes na escola.

A figura a seguir ilustra esse fluxo de informações sobre os atendimentos realizados.

Etapas de cadastro e acompanhamento



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

As informações eram originadas a partir de três bases de dados criadas pelo sistema do Territórios em Rede:

1. Perfil e demandas das crianças e dos adolescentes assistidos pelo projeto;
2. Instituições e parceiros identificados;
3. Ações realizadas para assegurar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes nas escolas.

A plataforma digital do projeto, acessível tanto pelos articuladores quanto pelos gestores de campo, oferecia diversas funcionalidades, como:

- Análise e correção de informações obtidas em campo, incluindo a identificação de registros duplicados;
- Acompanhamento das metas individuais e coletivas da equipe;

- Extração de dados gerais, resultados por área e relatórios detalhados sobre o público assistido;
- Registro de iniciativas adicionais que vão além da matrícula nas escolas;
- Mapeamento geográfico das residências de crianças, adolescentes e das instituições parceiras;
- Elaboração de um perfil detalhado de crianças e adolescentes, contendo informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e sobre a estrutura familiar.

Monitoramento da Frequência Escolar

Outro trabalho importante realizado pelo projeto foi a pactuação de um fluxo de monitoramento da frequência escolar por meio da coleta de informações diretamente com as escolas e de forma sistemática para todos os casos acompanhados pela equipe.

O fluxo acordado em Aimorés foi que, bimestralmente, o projeto enviaria uma planilha para cada escola que indicaria a situação de frequência de cada estudante matriculado. Os prazos, alinhados ao fechamento dos Conselhos de Classe, foram pactuados com a Secretaria Municipal de Educação e, assim que o projeto enviasse a planilha, a escola teria até duas semanas para o preenchimento. A parceria com a Secretaria Estadual de Educação, entretanto, não foi estabelecida, impossibilitando o acesso às informações das unidades escolares estaduais.

A seguir, o *status* da pactuação do fluxo com cada rede escolar de Aimorés (MG):

Município	Rede	Status da pactuação do fluxo	Periodicidade	Responsável pelo preenchimento
Aimorés	Municipal	Estabelecido	Bimestral	Secretaria
Aimorés	Estadual	Não estabelecido	—	

Acompanhamento dos casos

Semanalmente, a gestora local e os articuladores se reuniam para discutir impressões, casos e desafios, com o objetivo de viabilizar o ingresso na escola das crianças e adolescentes identificados, compartilhando estratégias possíveis para responder aos desafios encontrados.

A equipe monitorava as informações no banco de dados e as atualizações dos cadastros das famílias visitadas e mantinha uma agenda frequente de reuniões com instituições parceiras para fortalecer a rede de apoio à permanência dos estudantes em sala de aula.

Outro ponto crucial do monitoramento era a devolutiva que a equipe oferecia às escolas e à rede de proteção social, apoiando a compreensão sobre os motivos da infrequência, da evasão ou do não acesso de cada estudante. Essas devolutivas, muitas vezes, mudavam a leitura dos educadores sobre os casos de exclusão escolar, apoiando-os a melhor avaliar a realidade das famílias. Por exemplo, situações que antes figuravam como suposta negligência dos responsáveis, passaram a ser compreendidas como um conjunto de situações desafiadoras vividas por eles.

Foto: Perikles Siqueira, 2022



Ações complementares

Durante a execução do trabalho de campo, constatou-se a existência de muitas famílias em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. Seja pelo agravamento da pobreza no período pandêmico ou pela fragilidade de algumas políticas públicas, notou-se que a insegurança alimentar, a falta de roupas, calçados e kits escolares eram condições presentes em grande parte das famílias atendidas pelo projeto e que esse cenário de privação contribuiu sensivelmente para o agravamento das condições de acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola.

Além das demandas materiais apresentadas, a equipe de campo detectou a ausência ou a baixa resposta de políticas públicas com capacidade de superar os desafios apresentados de maneira adequada.

Diante desse cenário, o projeto Territórios em Rede começou a operar, em julho de 2022, o **Apoio Eventual Emergencial**, uma estratégia complementar que tinha como objetivo viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência das famílias. Tais necessidades, quando identificadas pela equipe durante uma visita domiciliar, não encontravam resposta a curto prazo no município por meio das políticas, equipamentos ou serviços da Assistência Social, Saúde, Educação ou, ainda, em organizações locais da sociedade civil.

No total, 41 crianças foram contempladas pelo Apoio Eventual Emergencial viabilizado pelo Territórios em Rede em Aimorés.

Visando elaborar um plano de transição para essas famílias, os casos identificados foram direcionados aos serviços públicos do município. Isso era feito para atender às demandas específicas de cada família, encaminhando-as às áreas apropriadas a partir do Comitê Gestor Intersetorial. As estratégias incluíam:

1. Priorizar a reinserção de crianças e adolescentes na escola, um local de desenvolvimento integral e proteção social, como ação principal para reduzir a insegurança alimentar entre o público em idade escolar;

Apoio Eventual Emergencial

Desenvolvido inicialmente nos municípios de Marabá (PA) e Serra (ES), onde as equipes do Territórios em Rede começaram a identificar famílias em situação de pobreza extrema ao serem localizadas para a inserção escolar de crianças e adolescentes, o **Apoio Eventual Emergencial** surge para viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência, considerando necessidades básicas como alimentação, higiene, vestuário, documentação e materiais escolares.

Tipos de itens oferecidos em caráter emergencial:

Itens avulsos:

- Compra de medicamentos que não sejam de uso contínuo;
- Compra de itens de higiene;
- Material básico escolar que não seja fornecido pelo município, por exemplo, mochila;
- Pagamento de refeições;
- Transporte para acesso a serviços essenciais pontuais.
- Roupas e calçados.
- Recurso para pagamento de taxas para emissão de documentos.

Itens temporários:

- Cestas básicas;
- Botijão de gás;
- Compra de medicamentos de uso contínuo;
- Transporte para acesso a serviços regulares (fisioterapia, fonoaudiologia, reforço escolar, entre outros);
- Contas de consumo, como água, luz e aluguel.

2. Realizar encaminhamentos para a Assistência Social para participação em programas relevantes e para a criação ou atualização do Cadastro Único. Isso incluía programas como o PAA, Bolsa Família, PAIF, PAEFI, PETI, BPC, Criança Feliz¹⁴, entre outros;
3. Promover a articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o PPA, que envolve a compra de alimentos da agricultura familiar e a doação para famílias de baixa renda;
4. Estabelecer conexões com os comitês do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios, assegurando sua presença no Comitê Gestor Intersetorial – CGI.

Reunião com parceiros locais

Com o propósito de discutir o caso de uma criança com autismo, foi realizada uma reunião com equipe multidisciplinar formada por especialistas da Secretaria Municipal de Educação, do CRAS Volante e do CREAS, além da equipe do Territórios em Rede. No encontro, a equipe buscou soluções para as questões familiares que estavam impedindo a frequência escolar do estudante cadastrado no projeto.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

¹⁴ PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; Bolsa Família – Programa Bolsa Família; PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral Especializado à Família e Indivíduos; PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; BPC – Benefício de Prestação Continuada; Criança Feliz – Programa Criança Feliz.

Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Aimorés

Entre as contribuições do Territórios em Rede, foi possível traçar um perfil das crianças e dos adolescentes em situação de exclusão escolar alcançadas em Aimorés.

Observações Gerais

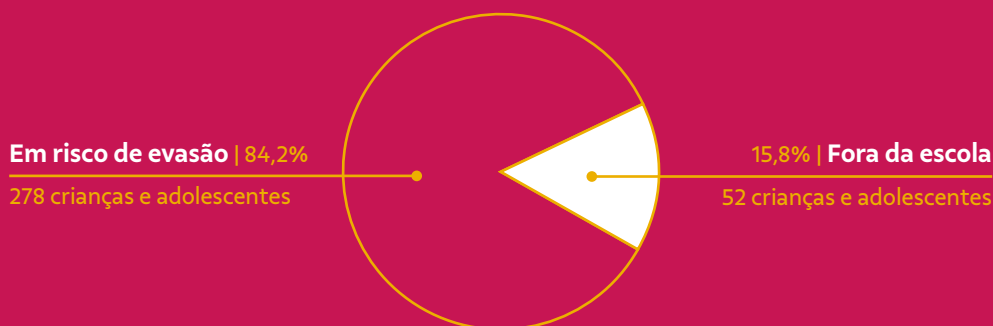
- A maioria das crianças e adolescentes cadastrados está em risco de evasão escolar (ou seja, infrequente) e tem baixa participação em atividades extraescolares;
- Crianças e adolescentes identificadas em situação de exclusão escolar são majoritariamente pretas e pardas;
- Mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado do lar e das crianças e adolescentes, em grande parte, de forma solitária;
- A maioria das famílias tem baixa renda e é beneficiária de programas de transferência de renda;
- Saúde e deficiência são fatores de destaque sobre a condição de exclusão escolar;
- Trabalho infantil e gravidez na adolescência são questões pre-ocupantes, embora em baixa proporção.

Situação da exclusão escolar em Aimorés

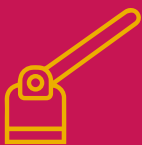
(quando cadastradas no Projeto)

Total de 330 crianças e adolescentes atendidos pelo Territórios em Rede

Crianças fora da escola ou em risco de evasão escolar



Outras informações



5,2%

estavam envolvidas em trabalho infantil, o que pode ser um fator de risco para a exclusão escolar
= 17 crianças e adolescentes



0,9%

não tinham Certidão de Nascimento
= 3 crianças e adolescentes



98,8%

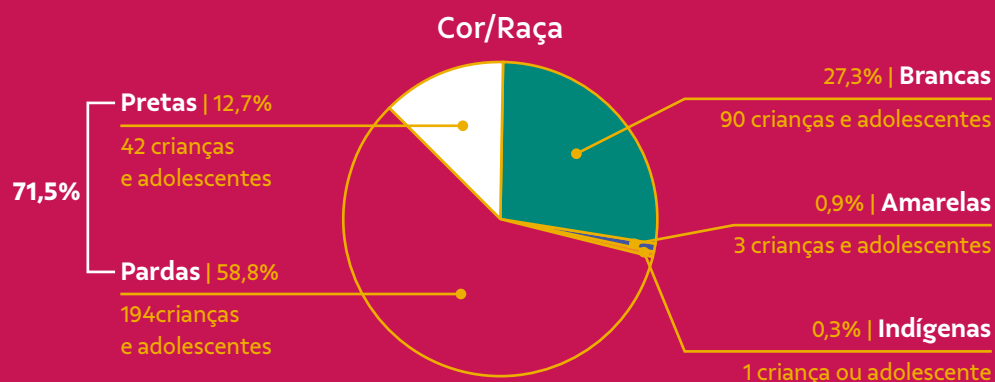
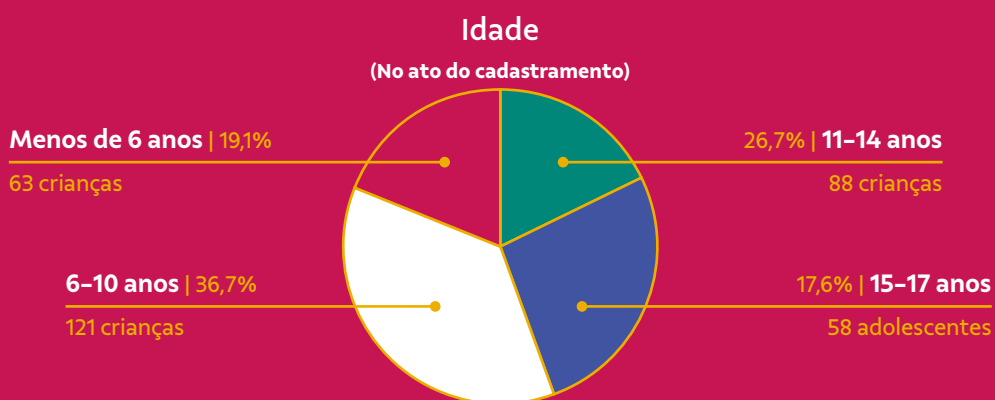
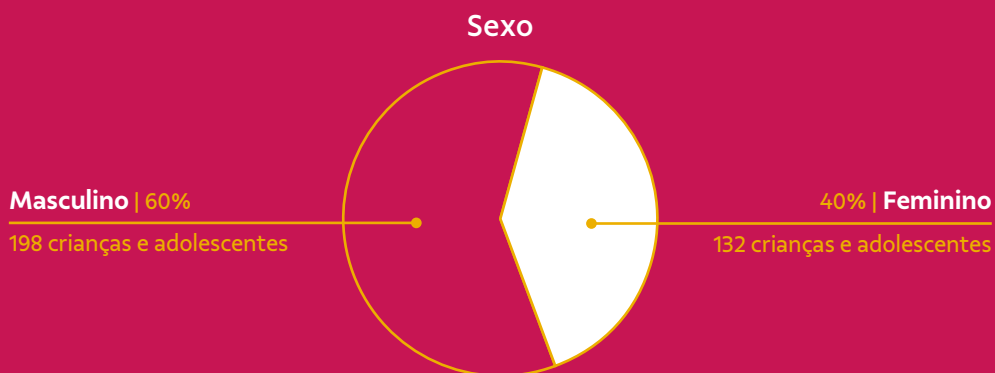
não frequentavam Instituição Educativa complementar à Escola
= 326 crianças e adolescentes



0,9%

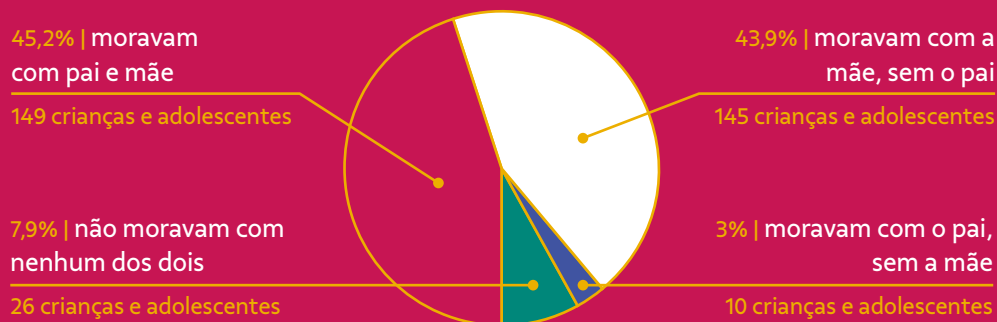
cumpriam medidas socioeducativas, representando um grupo que necessita de atenção especializada e apoio
= 3 adolescentes de 12 a 17 anos

Perfil das crianças identificadas pelo Territórios em Rede em Aimorés

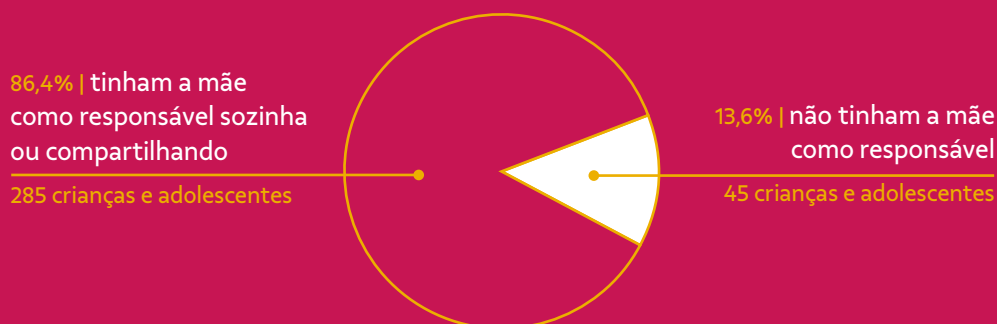


Configuração familiar

Com quem as crianças e adolescentes residem

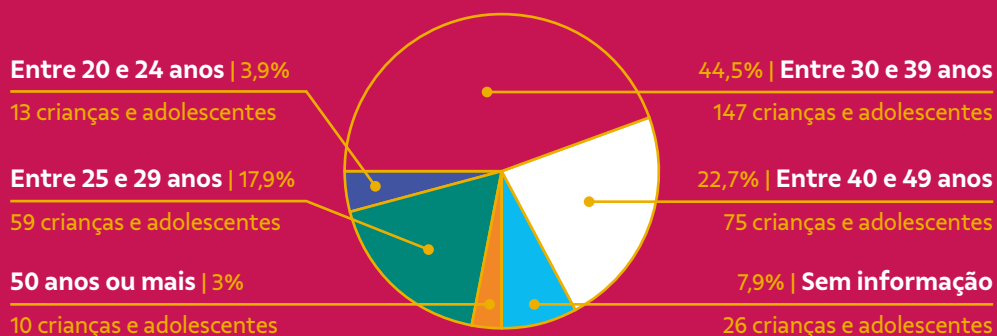


Principal responsável pelas crianças e adolescentes



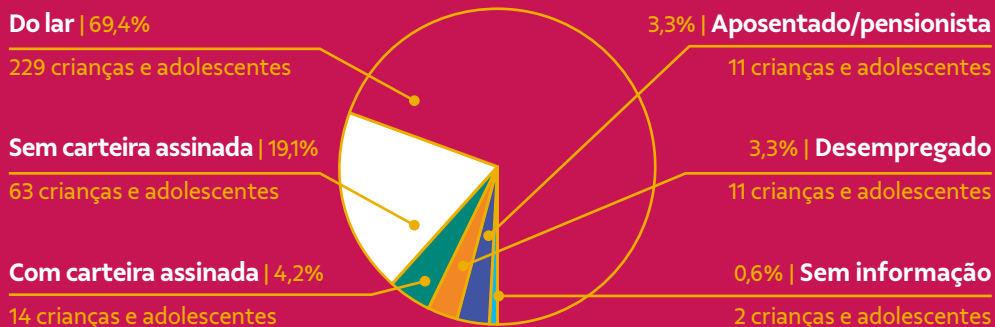
Idade da mãe

(quando da identificação pelo Territórios em Rede)

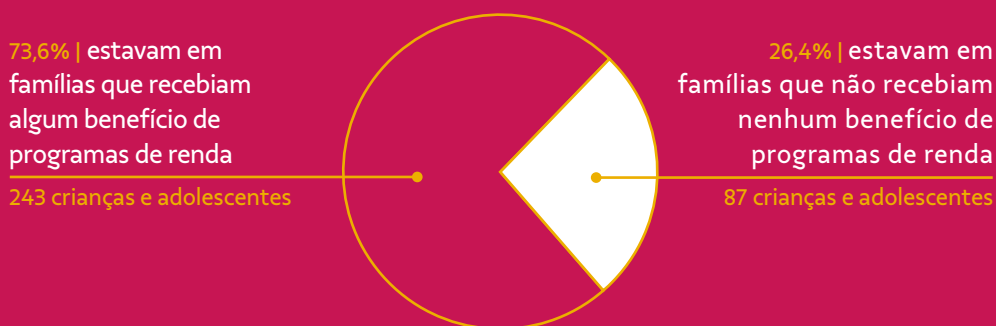


Trabalho e renda

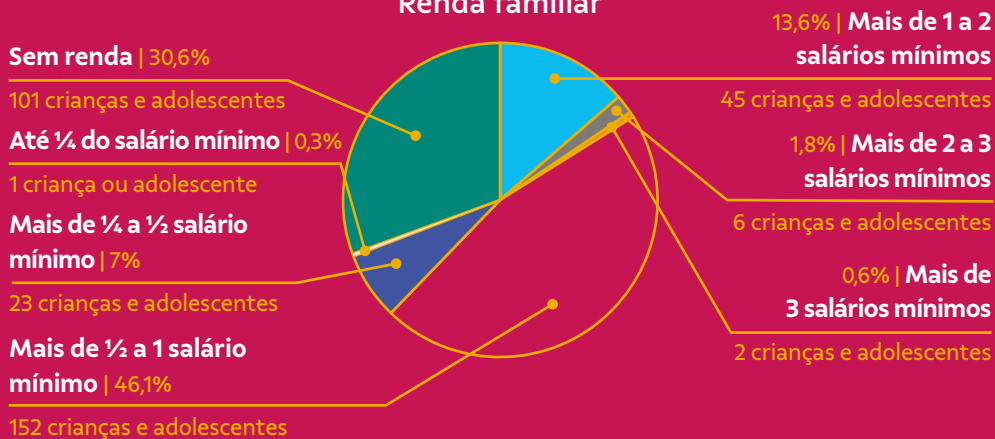
Ocupação dos responsáveis



Beneficiários de programas de renda



Renda familiar



Saúde



13%

tinham problemas
de saúde
= 43 crianças e
adolescentes



7,3%

possuem alguma
deficiência, o que pode
representar barreiras
adicionais para sua inclusão
e acesso à Educação
= 24 crianças e adolescentes



3,5%

Estavam grávidas
= 2 meninas entre 11 e
17 anos

Destaques

Desigualdade Racial

- 71,5% das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar são negras (somando as categorias preta e parda), refletindo desigualdades raciais profundas na comunidade. Esta proporção sugere que as crianças e adolescentes negros enfrentam barreiras específicas no acesso à Educação, possivelmente ligadas a questões econômicas, discriminação racial e falta de representatividade.

Desigualdade Social e Econômica

- Existe um desequilíbrio com mais meninos (60%) em situação de exclusão escolar do que meninas (40%).
- 30,6% das crianças e adolescentes pertencem a famílias que não tinham renda, e 46,1% a famílias que tinham renda de mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, indicando uma predominância de baixa renda. A pobreza afeta diretamente o acesso e a permanência na escola. Crianças e adolescentes de famílias de baixa renda têm maior probabilidade de abandonar a escola para trabalhar. Além disso, escolas em áreas de baixa renda frequentemente enfrentam recursos limitados, afetando a qualidade da Educação.

Urgência das questões raciais

A desigualdade racial no Brasil é profundamente enraizada e sistêmica, persistindo devido à insuficiência de políticas públicas voltadas para combatê-la. Segundo dados do IBGE* (2018), embora os indivíduos pretos e pardos constituam 56% da população brasileira, eles representam 71% daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Em contraste, os brancos compõem 27% desse grupo. A situação torna-se ainda mais agravante quando analisamos a extrema pobreza: 73% são negros, enquanto apenas 25% são brancos. Para criar uma sociedade mais justa, é essencial entender como cada segmento socioeconômico contribui para perpetuar o racismo, a fim de desenvolver abordagens eficazes para superá-lo.

No âmbito educacional, essa disparidade é flagrante. Lutar contra ela é fundamental para promover qualquer transformação significativa. Apenas com uma abordagem comprometida com uma Educação das Relações Étnico-Raciais e o enfrentamento do racismo podemos aspirar a uma sociedade mais equitativa.

Esta análise reforça a urgência de políticas públicas focadas em mitigar as desigualdades raciais que se antepõem à efetivação do Direito à Educação, considerando acesso, permanência escolar e aprendizagem, por meio de uma abordagem antirracista que contemple desde a esfera pedagógica até a gestão escolar.

O compromisso com a política antirracista precisa, ainda, estar presente em todas as áreas de atuação do Estado democrático de direito, em especial, nas políticas sociais direcionadas à população negra.

* Fonte: IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

- 86,4% das crianças e adolescentes têm a mãe como responsável principal ou compartilhando. A idade das mães também varia, com uma significativa porcentagem de crianças com mãe entre 30 e 39 anos (44,5% das crianças e adolescentes. Mulheres no Brasil, especialmente as de classes mais baixas e de cor preta ou parda, carregam uma dupla ou tripla jornada, combinando trabalho, cuidados com a casa e a família.

Política Nacional de Cuidados

Em outubro de 2023, o Brasil publicou o documento* “Marco Conceitual para a formulação da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados” – produzido por um Grupo de Trabalho Interministerial – coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social e das Mulheres, e com mais de 20 pastas envolvidas, além de IBGE, Ipea e Fiocruz. O documento pretende conceituar o tema, reconhecendo a distribuição desigual do cuidado na sociedade brasileira. Compreendido como um direito, o cuidado pode ser ofertado e demandado por toda e qualquer pessoa ao longo da vida, mas em especial crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Entretanto, devido às desigualdades estruturais de gênero, recai sobre as mulheres, principalmente negras, este tipo de trabalho. Avanços na estruturação de serviços e políticas de Estado que reflitam a economia de cuidados, ou seja, que reconheçam e valorizem aquilo que é necessário para a manutenção da vida no seu cotidiano, podem representar mudanças importantes na reflexão sobre as condições necessárias para o acesso e a permanência de crianças e adolescentes nas escolas.

* Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados: disponível em <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>.



Os dados fornecem uma visão detalhada da situação de exclusão escolar e das condições de vida das crianças e adolescentes no município, ressaltando áreas críticas que necessitam de atenção e intervenção.

O perfil da exclusão escolar em Aimorés reflete desigualdades mais amplas observadas no Brasil, relacionadas à raça, gênero e classe. As desigualdades interseccionais criam barreiras adicionais que precisam ser abordadas para garantir o acesso equitativo à Educação. A sobrecarga enfrentada pelas mulheres, especialmente em contextos de baixa renda e minorias raciais, destaca a necessidade de políticas públicas que abordem as desigualdades de gênero, raciais e socioeconômicas de maneira integrada.



Cenários da exclusão escolar

Para melhor compreender a situação de exclusão escolar de crianças e/ou adolescentes, e suas famílias, eram buscadas informações sobre os motivos pelos quais não tinham sido matriculados, haviam evadido ou abandonado os estudos, ou estavam infrequentes na escola.

Com base nas informações fornecidas pelas famílias localizadas pelo projeto, a equipe de sistematização do Territórios em Rede categorizou os dados em dois grupos: fatores internos à rede pública de ensino e fatores externos à rede pública de ensino, congregando outras questões, para além da alçada da escola, que impedissem o Direito à Educação.

Motivos da exclusão escolar:¹⁵

Resumo

Dentre os motivos mais observados para a exclusão escolar no município, estavam:

- Desinteresse da criança e/ou adolescente pelos estudos / escolarização;
- Família em situação de pobreza (falta de renda / recursos);
- Crianças e adolescentes com problemas de Saúde ou deficiência;
- Violências físicas, territoriais ou discriminação.

¹⁵ Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Fatores Externos à Educação em Aimorés

- **Condições socioeconômicas:** Em Aimorés, 49,7% das crianças e adolescentes cadastrados no Territórios em Rede estão em famílias que citaram a falta de renda, situações de pobreza e questões familiares como principais motivos para a exclusão escolar. Este alto percentual reflete as desigualdades socioeconômicas profundas na região, onde famílias enfrentam dificuldades financeiras que afetam diretamente o acesso à Educação.
- **Problemas de Saúde:** 21,8% das crianças e adolescentes cadastrados no Territórios em Rede em Aimorés estão em famílias que relataram problemas de saúde da criança ou de membros da família como uma barreira à Educação. Isso indica a necessidade de melhor integração entre os serviços de Saúde e Educação na região para apoiar crianças e famílias que enfrentam esses desafios.
- **Violência e Discriminação:** Embora representem uma pequena porcentagem (1,8% das crianças e adolescentes), casos de violência e discriminação em Aimorés são preocupantes e podem criar ambientes hostis que desencorajam a permanência na escola, destacando a necessidade de políticas de segurança e inclusão.

Fatores Internos à Educação em Aimorés

- **Qualidade do Ensino e do Espaço Escolar:** Em Aimorés, 26,4% das crianças e adolescentes tiveram fatores como ambiente escolar inadequado ou falta de vaga mencionados por suas famílias como principal razão para a exclusão escolar. Isso sugere que a qualidade do ensino e a infraestrutura educacional na região necessitam de melhorias para reduzir a taxa de evasão.
- **Gestão Educacional e Políticas Públicas:** A gestão do sistema educacional em Aimorés, incluindo a alocação de recursos e políticas de



inclusão, desempenha um papel crítico na exclusão escolar. A falta de vagas e possíveis falhas na administração escolar podem ser fatores contribuintes para a exclusão.

- **Currículo e diversidade cultural:** Não há dados específicos de Aimorés sobre a relevância cultural do currículo, mas, de maneira geral, um currículo que não atende às necessidades e interesses dos estudantes pode contribuir para o desinteresse, discriminação e a evasão escolar.

Os dados revelam a interconexão entre fatores internos e externos na questão da exclusão escolar. Enquanto problemas socioeconômicos e de saúde representam desafios significativos à rede de proteção social, questões relacionadas à gestão educacional, qualidade do ensino e infraestrutura escolar também são fundamentais. Assim, uma abordagem intersetorial, que considere tanto o contexto socioeconômico quanto a qualidade da Educação, é fundamental para enfrentar, efetivamente, a exclusão escolar em Aimorés.



“O fracasso do projeto escolar assume crescente importância na formação social do sujeito, comprometendo o exercício de sua cidadania e, no limite, sua própria integridade física e intelectual.”

Marcelo Burgos, professor e pesquisador da PUC-Rio¹⁶

¹⁶ BURGOS, Marcelo et al. “Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”. In: *Revista Desigualdade & Diversidade* – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro/RJ, n. 15, 2014, pp. 71-105.

Casos ilustrativos

Articulação entre Saúde e Educação

Caso 1

O projeto identificou, por meio de articulações com o Conselho Tutelar, uma família em situação de vulnerabilidade financeira, residente em um distrito do interior. Esta família possui três crianças com frequência escolar irregular e uma que abandonou a escola em 2018 devido a problemas de saúde agravados pela diabetes e pelo *bullying* sofrido em razão de seu diagnóstico. A mãe, por sua vez, passava por um momento de fragilidade psicológica, o que resultava em dificuldades para cuidar adequadamente de si mesma e de seus filhos.

Ao reconhecer que a demanda apresentada pela família requeria intervenções de diferentes secretarias, o projeto encaminhou o caso ao Comitê Intersetorial. Após várias discussões e deliberações, surgiu a ideia da Educação domiciliar. O projeto Territórios em Rede, em parceria com as secretarias de Educação e Saúde, organizou um fluxo de rotina para a vida do menino. A colaboração com a Secretaria de Saúde possibilitou transporte três vezes por semana para a realização de sua hemodiálise e ele foi incluído na fila para o transplante de rim. Por outro lado, para combater o problema da evasão escolar, a Secretaria municipal de Educação passou a enviar duas vezes por semana uma professora para a casa do menino, assegurando o acesso a uma Educação de qualidade adaptada à situação. O projeto também acompanhou os irmãos do menino, normalizando a frequência escolar de todos. Entendendo a importância do suporte materno para a estabilidade das crianças, o Comitê Intersetorial facilitou um encaminhamento para a mãe, que atualmente recebe atendimento no CAPS de Aimorés. A equipe do projeto celebrou uma transformação significativa na vida dessa família. Após todas as articulações realizadas, houve melhora na situação financeira da mãe e, assim, a família mudou-se da zona rural para uma região com acesso aos tratamentos de saúde necessários.

Caso 2

Uma criança de oito anos foi identificada pelo projeto por meio da Busca Ativa. Descobriu-se que ela estava infrequente na escola, levando o articulador encarregado a visitar sua família. Durante a visita, a mãe explicou que a criança tinha dificuldade em acordar cedo e se mostrava muito estressada. O articulador, que já conhecia a criança de um projeto anterior, providenciou todos os encaminhamentos necessários para avaliação da sua saúde. Com o tratamento apropriado e um diagnóstico formal, a criança começou a retornar à escola com regularidade.

Este caso ilustra a importância da articulação intersetorial no processo de Busca Ativa e destaca a importância da colaboração entre diferentes projetos sociais e profissionais que têm experiência com as mesmas crianças. Uma parceria-chave foi firmada para os encaminhamentos necessários ao acompanhamento da criança. Além disso, a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) desempenhou um papel vital, oferecendo suporte integral no tratamento da criança.

Articulação à rede de proteção e acesso à Justiça

Caso 3

A equipe do projeto deparou-se com uma família em um distrito rural onde o acesso à Educação era extremamente difícil. As crianças tinham que percorrer longas distâncias a pé para chegar à escola, um desafio agravado durante as estações chuvosas devido à falta de pavimentação nas estradas. Além das barreiras educacionais, a família enfrentava um ambiente de violência doméstica, que levou a mãe e os filhos a se mudarem para a casa de outros familiares. Infelizmente, a violência intrafamiliar persistiu nesse novo lar, afetando principalmente a mãe e sua filha mais velha. A situação de violência contínua provocou a fuga da adolescente de casa. Em resposta, o projeto mobilizou um esforço coordenado com o Conselho Tutelar, ativando a rede de proteção a vítimas de violência doméstica e envolvendo o Ministério Público. Como medida de proteção, a adolescente foi levada para um abrigo.

Este caso exemplifica a colaboração entre várias instituições que já acompanhavam a família e buscaram apoio adicional do projeto. Como parte das ações necessárias, as vítimas foram retiradas do ambiente violento. A mãe e os filhos mais novos continuam vivendo juntos, sob o cuidado da rede de proteção do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Com o suporte do projeto, todos estão frequentando a escola. Por razões de segurança, a adolescente foi alocada em um abrigo, onde também recebe acompanhamento e continua seus estudos.

A equipe considera este um dos casos mais desafiadores enfrentados pelo projeto, mas vê seu desfecho como um grande sucesso. Uma das articuladoras, ao visitar a adolescente no abrigo, relatou que ela se sentia muito satisfeita com a proteção e atenção recebidas, expressando alegria por poder frequentar a escola regularmente e cuidar de si mesma, livre das preocupações com a violência familiar.

Caso 4

Uma equipe do posto de Saúde de Aimorés estabeleceu uma parceria com o projeto para visitar uma família recém-chegada à cidade, composta por três adultos e quatro crianças, que haviam sido vítimas de violência armada em outra localidade. O incidente havia deixado marcas profundas na família, tornando a situação bastante delicada. Os articuladores do projeto e o agente de saúde demonstraram grande empatia e cuidado ao dialogar com a família, buscando compreender de que forma poderiam oferecer apoio. Uma das principais questões enfrentadas pela família era a falta de documentação, devido à urgência com que deixaram sua cidade anterior. Em uma ação coordenada entre estados, o projeto contatou as escolas nas quais as crianças estudavam anteriormente, conseguindo recuperar seus documentos e organizando a transferência escolar. Atualmente, todas as crianças estão integradas e frequentando a escola regularmente.

Neste caso destaca-se a importância da colaboração entre as Secretarias de Educação de diferentes municípios. Graças ao comprometimento e à sensibilidade dos envolvidos em lidar com um caso de alta complexidade, foi possível solucionar a situação educacional das crianças de maneira efetiva.

Caso 5

Um adolescente de 15 anos com síndrome de Down foi encaminhado ao projeto após um período sem frequentar a escola. A interrupção de seus estudos ocorreu devido a uma decisão das autoridades educacionais de transferi-lo para uma escola mais próxima de sua residência, em conformidade com a legislação que define a distância máxima para a provisão de transporte escolar especial. Essa decisão foi tomada apesar do adolescente ter estudado em outra escola por toda a sua vida, local onde já estava inserido. A mãe do adolescente e ele próprio inicialmente resistiram à mudança, preferindo a continuidade na escola anterior. A mãe buscou intervenção do Ministério Público, mas a decisão não foi revertida, uma vez que estava baseada na legislação vigente. O projeto acompanhou o caso de perto, trabalhando para ajudar a família a compreender a importância da continuidade dos estudos do adolescente, mesmo em um novo ambiente escolar. O resultado foi positivo, com o adolescente inserindo-se bem na nova escola e expressando satisfação em retomar sua rotina de estudos.

Este caso ilustra a complexidade que pode surgir quando as preferências das famílias entram em conflito com as políticas públicas. O projeto atuou como mediador entre a família e a administração pública, respeitando a legislação vigente enquanto se empenhava em facilitar a transição e inserção do adolescente na nova escola. Com o acompanhamento contínuo da equipe, o adolescente, que havia ficado afastado da escola por vários meses, demonstrou entusiasmo com o retorno aos estudos em seu novo ambiente educacional, mantendo uma frequência regular e inserindo-se progressivamente.

Intersetorialidade

Os casos narrados acima, de forma breve, revelam a busca e importância da lógica intersetorial nas ações da equipe do projeto Territórios em Rede em Aimorés.

Ao trabalhar em conjunto com diversos setores das políticas sociais e atores institucionais, o projeto visava abordar as múltiplas causas da exclusão escolar e fornecer soluções imediatas e/ou abrangentes que criassem condições para que as crianças e suas famílias acessassem seus direitos. O projeto, então, atuou como uma ponte entre as famílias e os serviços essenciais. A equipe realizou articulações com órgãos, como o CRAS, CREAS e CT,¹⁷ escolas ou unidades de saúde, incluindo visitas domiciliares, distribuição de cestas básicas e agendamento e acompanhamento de consultas médicas.

Além de atuar diretamente na mediação da necessidade de vagas escolares com a rede educacional, o projeto trouxe novas rotinas e reflexões para os profissionais da Educação, desde o nível da gestão educacional, passando pela gestão escolar até a atuação pedagógica. Ao lançar luz sobre a questão da exclusão escolar no município, a rede municipal de Educação começou a se reorganizar, pós-pandemia, para produzir as informações necessárias à Busca Ativa do projeto. Isso incentivou o monitoramento periódico da frequência escolar, o mapeamento dos casos de abandono e a resolução de entraves para a matrícula, dentre os quais o aceite da matrícula em qualquer momento do ano letivo e a organização das documentações pendentes com a rede de proteção, sem impedimentos para se restabelecer o vínculo escolar.

17 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social; CT – Conselho Tutelar.

Durante seu percurso em Aimorés, o projeto Territórios em Rede ajudou a orientar e definir critérios para a Busca Ativa no município, tendo em vista as dificuldades de acessar a escolarização de crianças e adolescentes mais vulnerabilizados naquele período.



**ios
rede**
Aimorés

O projeto Territórios em Rede tem como objetivo identificar crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que não estão estudando ou em risco de evasão escolar e reinsert-los nas escolas públicas de Ensino Básico de Aimorés.

Resultados e impactos

Com a meta inicial de 300 inserções na escola, o número alcançado em Aimorés evidencia o grande desafio do combate à exclusão escolar na região. Ao mesmo tempo, o projeto demonstrou sua capacidade de incidir diretamente no território: entre os identificados, 323 voltaram para a escola ou permaneceram nela, uma taxa de sucesso de 108%.

- 52 crianças ou adolescentes estavam fora da escola e 45 foram matriculados (86,5%).
- 278 crianças ou adolescentes estavam em risco de evasão e todos foram reinseridos (100%)

	Identificados	Inseridos	Meta	Alcance da meta
Aimorés	330	323	300	108%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Métodos de identificação

No projeto Territórios em Rede de Aimorés, a **Busca Ativa escolar** foi a principal forma de localização das crianças e adolescentes, representando 40% dos cadastrados. Em seguida, o processo de produção e validação das listas produzidas pela rede de ensino, que incluíam dados de unidades escolares ou da Secretaria de Educação sobre abandono e infrequência, representaram 26,1%. O desdobramento dessas listas, ou seja, indicações de alguém já listado, compreendeu 6,7% das crianças e adolescentes.

Além desses, 1,8% foram fruto de demanda espontânea, isto é, quando o projeto foi procurado espontaneamente pela família. As indicações diretas da rede articulada também desempenharam importante papel, com equipamentos públicos da Assistência Social, como CRAS, CREAS e Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), contribuindo com 17,3%, e o Conselho Tutelar com 7% dos cadastrados no projeto.

Estratégias de identificação	Crianças e adolescentes identificados	%
Busca Ativa escolar: abordagem ativa	132	40,0%
Demanda espontânea: projeto procurado pela família ou respondente	6	1,8%
Indicação de equipamento público da Assistência (CRAS, CREAS, SEAS) ¹⁸	57	17,3%
Indicação do Conselho Tutelar	23	7,0%
Indicação de equipamento público de Saúde (UBS, UPA, CAPS) ¹⁹ e Agente Comunitário de Saúde	4	1,2%
Listas oficiais da Educação de unidade escolar ou de Secretarias de Educação (abandono, infrequência, distorção idade-série)	86	26,1%
Listas oficiais da Educação: desdobramento (indicação de alguém da lista)	22	6,7%
Total geral	330	100%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Além disso, o projeto desempenhou um papel crucial ao articular demandas do território com a gestão pública. A atuação da equipe no território buscou promover a integração da rede de proteção e do Sistema de Garantia de Direitos das crianças e dos adolescentes.

18 CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social; CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; SEAS – Serviço Especializado de Abordagem Social
19 Unidade Básica de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento e Centros de Atenção Psicossocial.

Ao apresentar para a Secretaria de Educação, sistematicamente, os motivos da exclusão escolar, identificados por escola, por bairro, por etapa de ensino e o perfil socioeconômico das crianças, adolescentes e suas famílias, foi possível contribuir para o planejamento das redes, sua autoavaliação, além de proporcionar insumos para a reformulação de projetos político-pedagógicos orientados ao acolhimento dos estudantes vulnerabilizados socialmente para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar. Trata-se, contudo, de um processo lento, que teve como aposta o caminho da formalização de uma política pública interseccional que pudesse dar a estas ações um caráter perene e efetivo.

Para alcançar esses resultados, foram realizadas **2.011 ações de acompanhamento** da criança, adolescente e da família, com a finalidade de verificar a situação escolar, fornecer orientações ou encaminhá-las para instituições públicas ou da sociedade civil. Esses atendimentos ocorreram por meio de **1.696 visitas domiciliares** e **862 contatos remotos**, além de consultas junto às escolas e Secretaria de Educação. Nessas ações, foram promovidos **151 encaminhamentos** para diferentes instituições:

- 72 foram para equipamentos da Assistência Social;
- 35 para o Conselho Tutelar;
- 31 para unidades da Saúde;
- 10 para unidades da Educação; e
- 3 para organizações da sociedade civil.

• Acervo

- Para registrar os frutos
- do projeto, foi criado um
- canal no *YouTube* que
- congrega um acervo com-
- pleto e que serve como
- referência para o muni-
- cípio e outras localidades
- brasileiras interessadas
- em implementar ações de
- Busca Ativa escolar:



↑ Acervo de material e vídeos/documentários publicados no Canal Youtube do projeto

Incidência política

O projeto Territórios em Rede busca apoiar a consolidação de políticas públicas intersetoriais de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, formalmente reconhecidas pelos municípios. Além disso, visa capacitar os agentes públicos envolvidos para a efetiva implementação dessas políticas.

Há uma série de ações realizadas pelo projeto, em diferentes etapas e conforme a disponibilidade dos municípios em prosseguir com as orientações fornecidas, de modo que a experiência da incidência política em cada município seja única e progressiva.

A implementação da metodologia, por meio de suas ações diretas no território para a inserção escolar das crianças e adolescentes, inicia um percurso de incidência prática a partir do estabelecimento de rotinas, fluxos, produção de informações e ações intersetoriais e de mobilização orientadas ao atendimento dos casos identificados pelo projeto.

Paralelamente, se estabelecem espaços específicos de gestão das práticas instauradas, como o Comitê Gestor Intersetorial, mas também outros fóruns são criados ou fortalecidos em nível local, reunindo equipamentos públicos e sociedade civil em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. O projeto atua, nesse sentido, incentivando que estes espaços permaneçam ativos, inclusive, por meio de sua institucionalização.

Além disso, ações formativas são conduzidas com a finalidade de capacitar agentes públicos na atuação da Busca Ativa escolar e demais estratégias necessárias à implementação de uma **política pública permanente** com foco nesta agenda. É importante destacar que as ações realizadas neste sentido são construídas de forma dialógica com os representantes municipais, com especial adesão das pastas de Educação, Assistência Social e Saúde, dentre outras.

Ações de incidência para a política pública



Em Aimorés, o trabalho de incidência política começou desde o início do projeto, estabelecendo uma rotina de articulação e acompanhamento com as secretarias municipais. Inicialmente, foram realizadas reuniões setoriais para definir fluxos de identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, com base nas práticas já adotadas pelos programas educacionais e assistenciais. De acordo com as potencialidades identificadas, o projeto iniciou uma dinâmica contínua de mediação entre as diferentes áreas da administração pública, visando promover uma ação intersetorial coesa.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.

Assim, o Comitê Gestor Intersetorial estabeleceu uma dinâmica de reuniões mensais, com o objetivo de compreender o fenômeno da exclusão escolar no município, envolvendo a análise de casos reais atendidos pelo projeto, as características da população identificada nessa situação e os desafios enfrentados pela rede de proteção.



“A parceria entre as escolas do campo e o projeto Territórios em Rede foi muito importante. Vamos sentir falta das ações de campo, mas passaremos a utilizar a plataforma que foi criada para nos ajudar. Obrigada por tudo!”

Thaynara Christina de Castro Cordeiro Coelho, diretora das Escolas do Campo de Aimorés.

Durante todo percurso do projeto no município, o CGI realizou 22 reuniões, focando em estratégias de combate à exclusão escolar. Neste fórum eram também realizadas reuniões mensais de acompanhamento com as secretarias municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, que permitiram estabelecer os fluxos necessários para incluir crianças e adolescentes nas escolas estaduais e municipais.

No município, as seguintes secretarias e instâncias públicas participaram do fórum de debates:

- Secretaria Municipal de Educação (representante de diretores das escolas e da Secretaria Municipal);
- Secretaria de Saúde (coordenadora de Atenção Primária, enfermeiros, chefes das UBS e agentes comunitários de Saúde – ACS);
- Secretaria de Assistência Social (Secretário de Assistência Social, coordenadores dos CRAS, CREAS, CAD Único e técnicos de referência);
- Conselho Tutelar.

Teve destaque, ainda, a parceria com a estratégia **Busca Ativa Escolar**, iniciativa do Unicef e da Undime²⁰ para municiar as gestões municipais com ferramentas e metodologias de enfrentamento da exclusão escolar, como um caminho para promover a estruturação de uma política pública por meio de formações destinadas à utilização da plataforma *online* que o programa disponibiliza aos municípios, assim como da apropriação metodológica das ações de Busca Ativa e do trabalho intersetorial. Deste modo, o projeto estabeleceu, junto à prefeitura de Aimorés, um trabalho que realizou desde o incentivo à adesão do município à estratégia até ações de assessoria para a aprendizagem sobre seu funcionamento e operação: orientação para a organização dos fluxos interse-toriais, formulação de plano de trabalho, capacitação de equipes (orientadores

20 Unicef: Fundo das Nações Unidas para a Infância; Undime: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Busca Ativa Escolar (Unicef/Undime)

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica, disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo Unicef, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitam planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento, etc –, fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção. Cada Secretaria e seus profissionais têm um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na escola.

Todo o processo é acompanhado pela ferramenta tecnológica, que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados importantes sobre cada caso acompanhado e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e do adolescente no município e/ou estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, *tablets*, celulares (SMS) ou celulares (*smartphones*). Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

Fonte: Busca Ativa Escolar Página inicial. <https://buscaativaescolar.org.br/>



pedagógicos, agentes comunitários de saúde, assistentes sociais, conselheiros tutelares, entre outros) e estímulo à autonomia para a condução do Comitê Gestor Intersetorial.

Como avanços obtidos com o progresso do trabalho intersectorial fomentado pelo projeto, podem ser ressaltados:

- Adesão à Busca Ativa Escolar, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e acompanhamento para sua implementação;
- Realização de comitês formativos ampliados com temáticas sobre o Sistema de Garantia de Direitos;
- Realização de estudos de caso, proporcionado atendimento integral pela rede às famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Realização de alinhamento para visitas domiciliares em conjunto com a rede, para atendimento aos casos mais vulneráveis;
- Análise conjunta dos dados diagnósticos sobre indicadores educacionais e sociais do município;
- Formalização do Comitê Gestor Intersetorial por Decreto Municipal, fazendo com que a metodologia do projeto se tornasse política pública em Aimorés;
- Como reconhecimento do trabalho realizado, o município foi convidado pelo Ministério da Educação (MEC) para participação no Seminário Trilhas de Aprendizagem sobre intersectorialidade na Educação.

Além do trabalho intersectorial no nível da gestão municipal, o projeto criou e desenvolveu grupos de trabalho locais, incluindo participantes da rede de proteção social de equipamentos públicos localizados nos bairros, com atendimento direto à população, como as escolas, os CRAS, as UBS, os Conselhos Tutelares, além de representantes da sociedade civil.

A experiência teve início no final do trabalho de campo da equipe com o objetivo de manter a articulação necessária para a continuidade dos atendimentos dos casos de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar pelos agentes públicos locais.

Reuniões para uso da plataforma BAE/Unicef

A equipe de Aimorés participou de reuniões para discutir, organizar e alinhar fluxos de casos da plataforma Busca Ativa Escolar (BAE/Unicef). Os encontros foram com o Conselho Tutelar, com a coordenadora dos Postos de Saúde e com a Secretaria Municipal de Educação.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

Reunião do Comitê Gestor Intersectorial



Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

O encontro do Comitê de Aimorés foi um marco para o início da construção do plano de ação da Busca Ativa escolar no município, de forma coletiva, envolvendo as secretarias de Educação, Assistência Social, Saúde, Conselho Tutelar, organizações sociais e a equipe do projeto. Na reunião, em setembro de 2023, a gestora de comunicação do Territórios em Rede apresentou as estratégias de mobilização comunitária utilizadas no projeto e alguns caminhos possíveis para o planejamento das ações de divulgação da Busca Ativa escolar.



Territórios em Rede

Você conhece crianças ou adolescentes de **Aimorés** que não estão estudando?

Envie uma mensagem que o projeto Territórios em Rede pode te ajudar!

WhatsApp:
(33) 99925-7606

Projeto Territórios em Rede
Aimorés

Foto: Perikles Siqueira, 2022

Considerações e aprendizagens



“Qualquer país que se digne a proteger e garantir direitos, precisa de uma Educação que seja para todas as pessoas e que, no caso do Brasil, supere a histórica negligência ao Direito à Educação.”

Natacha Costa, diretora da Cidade Escola Aprendiz²¹



Busca Ativa escolar

Foto: Perikles Siquera, 2022.

Para garantir a sustentabilidade das conquistas do projeto Territórios em Rede e disseminar a metodologia e as aprendizagens obtidas, foi sistematizado um conjunto de considerações e recomendações.

²¹ Disponível em <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-integral-qual-o-sentido-de-mais-tempo-na-escola>

Quanto ao fluxo e monitoramento das informações

- Criação de um sistema integrado das políticas sociais, com incentivo à utilização do CPF como código único de identificação;
- Alimentação permanente do sistema integrado com informações atualizadas sobre crianças e famílias e atendimentos (incentivo à atualização regular dos dados nas escolas);
- Definição de um fluxo permanente sobre estudantes infrequentes, com incentivo ao controle diário da frequência escolar;
- Melhoria do aproveitamento da ficha de matrícula dos estudantes para ampliação do conhecimento sobre o perfil discente como insumo para a gestão escolar e o projeto político-pedagógico;
- Dispensa da declaração escolar anterior no ato da matrícula, uma vez que o Histórico Escolar da criança permanece no sistema de gestão acadêmica (para os casos de criança que passou pela rede) e, muitas vezes, sua exigência se torna um impeditivo para a sua matrícula;
- Parceria com os órgãos públicos e o estabelecimento de um fluxo entre essas entidades, a fim de regulamentar as trocas de informações com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Quanto ao acesso à escola

- A mediação do projeto entre a demanda das famílias e a oferta de vagas na rede municipal revelou que as vagas oferecidas nem sempre atendem às necessidades das famílias, seja pela distância ou necessidade de transporte, pelo horário ou disponibilidade de vagas para irmãos na mesma escola, por questões específicas relacionadas aos estudantes com deficiência e à saúde, ou ainda por problemas relacionados às fronteiras físicas e simbólicas que impedem o trânsito entre localidades próximas;
- O retorno do ensino presencial indicou a necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos que possam reverter os déficits de escolarização dos

estudantes, a perda de matrículas e o aumento do abandono escolar. Soma-se a essas demandas a necessidade de contínuo investimento em formação continuada e acompanhamento dos profissionais de Educação no desenvolvimento de estratégias pedagógicas capazes de superar os desafios ligados às aprendizagens;

- Ampliação e qualificação da divulgação de informação sobre a matrícula, com maior capilaridade nos territórios mais vulneráveis e com a garantia de profissionais capacitados para o acompanhamento e orientação adequadas às famílias. É importante que essas informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção se implique em orientar devidamente os responsáveis;
- Implantação de protocolo interno da Secretaria de Educação quanto ao atendimento legal para casos de crianças sem documentação (certidão de nascimento, comprovante de escolaridade, etc.);
- Ampliação da oferta do transporte escolar e do transporte público sem custo para estudantes e para os responsáveis que os acompanham no trajeto escolar;
- Definição de estratégias para situações que dificultam o acesso das crianças à escola, como unidades escolares distantes da residência ou instaladas em áreas de risco; exclusão de estudantes “problema”, em situação de medida socioeducativa, vagas para irmãos na mesma escola, etc.

Quanto ao trabalho das escolas

- Construção e revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP), incluindo formas de prevenção da exclusão dos estudantes em situação de infrequência e a adoção de uma perspectiva inclusiva e equitativa;
- Adoção de uma perspectiva antirracista, de enfrentamento às desigualdades de gênero e da defesa de uma Educação laica em todas as esferas da gestão educacional, gestão escolar e atuação pedagógica;
- Criação de estratégias específicas para a garantia das condições de aprendizagem para crianças em risco de exclusão, no que diz respeito à promoção e à permanência;

- Compromisso da escola com abandono “zero”;
- Estímulo à organização dos estudantes e ao protagonismo juvenil para a prevenção da exclusão escolar e promoção de melhorias no ambiente escolar e das relações interpessoais;
- Formação continuada dos profissionais e desenvolvimento de práticas de gestão e pedagógicas que efetivem uma aprendizagem equitativa, considerando as desigualdades raciais, de gênero, territoriais e em relação a pessoas com deficiência;
- Formação continuada para professores, preparando-os para atender às diversas necessidades dos estudantes e para o ensino em um ambiente pós-pandêmico;
- Ampliação da oferta educativa, com diversificação de tempos, espaços e linguagens, incluindo artes, esportes e atividades extracurriculares, promovendo o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Quanto ao trabalho da rede de proteção social junto às famílias e escolas

- Ampliação de programas de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, assegurando que as necessidades econômicas não levem os adolescentes ao trabalho desprotegido, permitindo que se concentrem exclusivamente em sua Educação;
- Investimento em serviços de saúde mental e bem-estar nas escolas e unidades de saúde para apoiar o desenvolvimento emocional e psicológico dos alunos, especialmente das adolescentes gestantes;
- Envolvimento comunitário e familiar por meio da participação ativa da comunidade e dos responsáveis na Educação, criando uma rede de apoio ao redor dos estudantes e fortalecendo a comunidade escolar;
- Promoção de parcerias e mobilização das instituições locais (associações de moradores, igrejas, ONGs, comércios locais, equipamentos públicos, entre outros) para o engajamento das comunidades em torno do compromisso de superar a exclusão escolar. É importante que essas informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção se implique em orientar devidamente os responsáveis;

- Promoção de campanha permanente pela causa da garantia do Direito à Educação, com ampla mobilização nos territórios e na cidade por meio de diversos recursos já disponíveis e estratégias de comunicação (cartazes, folhetos, *folders*, panfletagem, carro de som, etc.) de forma planejada para maior efetividade dos resultados.

Quanto à intersectorialidade e colaboração

- A construção de respostas intersectoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos para enfrentar a exclusão escolar de maneira multidimensional e sistêmica, considerando os diferentes aspectos relacionados ao fenômeno;
- A colaboração entre diferentes setores e serviços levou a uma utilização mais racional dos recursos, evitando duplicações de agendas, redundâncias de ações e aproveitando as sinergias entre as diferentes áreas, como metas e objetivos comuns, além de profissionais responsáveis por diferentes programas;
- A articulação de redes de serviços para atendimento das demandas das famílias permitiu que os sujeitos e comunidades tivessem acesso a um conjunto mais amplo de oportunidades e direitos, sem a qual possivelmente teriam encontrado maiores dificuldades para acessar;
- A articulação de diferentes setores e serviços em torno de uma causa comum amplia e fortalece o *advocacy* e a incidência em políticas, ampliando a defesa por recursos e o aprimoramento das condições de trabalho nos territórios;
- A ativação dos territórios e bairros da cidade em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar promove a colaboração entre os equipamentos públicos e a integração dos serviços de Educação, Saúde, Assistência Social, sociedade civil, entre outros, fortalecendo os vínculos comunitários e o sentimento de pertencimento;
- A interação entre diferentes setores e profissionais permite a troca de conhecimentos e os incentiva a melhores práticas, aprimorando a reflexão sobre o atendimento prestado, ampliando o conhecimento sobre o que cada secretaria oferece, seus desafios e estratégias, de modo a fortalecer uma cultura de trabalho intersectorial no município.

Iniciativa:



Parceiro Executor:





Você conhece alguma
criança ou adolescente
fora da escola?

📞 (33) 9925-7606

Realizadora:
FUNDAÇÃO VALE

Parceiro Educacional:
ONDA VERDE APRENDIZ

Execução Ambiental:


Iniciativa:



Parceiro Executor:



ISBN: 978-85-64569-27-0

